

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 3

Volume III da Seção de Estudos em Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva


Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



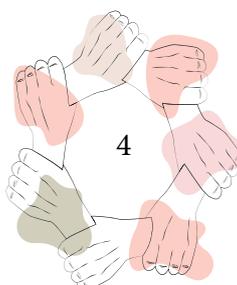
A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



Capítulo 1

PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL: QUE PROFISSIONAL É ESTE E O QUE ELE FAZ?.....7

Capítulo 2

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DO INSUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS REPROVADOS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA17

Capítulo 3

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....49

Capítulo 4

A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO66

Capítulo 5

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA PRÁTICA E FORMAÇÃO95



Capítulo 6

OS REFUGIADOS E O ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA LEI Nº 13.445/17 NO BRASIL.....III

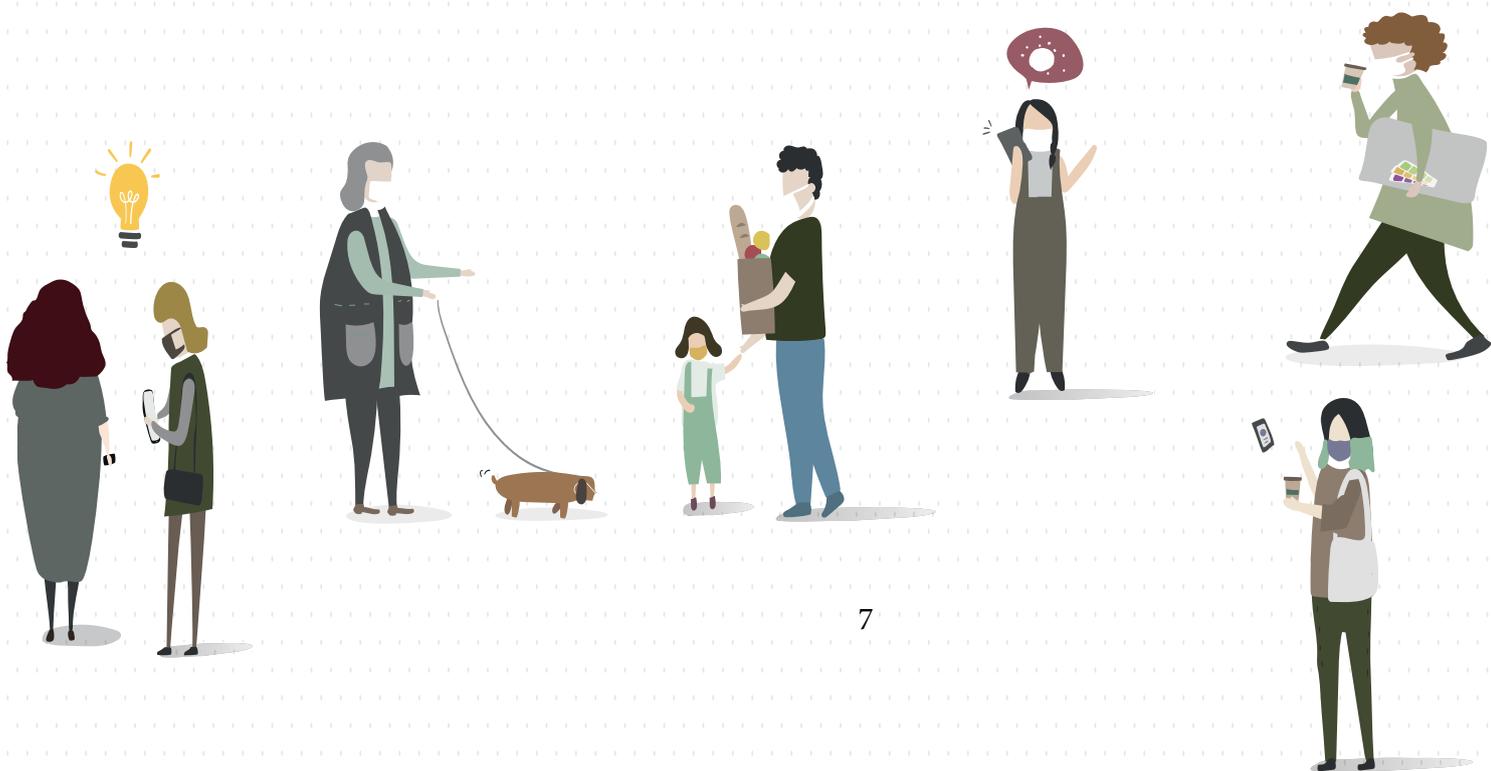




Capítulo

1

PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL: QUE PROFISSIONAL É ESTE E O QUE ELE FAZ?



PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL: QUE PROFISSIONAL É ESTE E O QUE ELE FAZ?

INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY: WHAT IS THIS PROFESSIONAL AND WHAT DOES HE DO?

Jacqueline Linhares Farias¹

Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos²

Resummo: A discussão desse texto surgiu devido a uma disciplina eletiva do curso de Psicopedagogia percebemos que era preciso entender quem era o Psicopedagogo Institucional. Mas antes disso precisaríamos compreender um pouco também sobre a Psicopedagogia, como ela surgiu no Brasil, o que faz o Psicopedagogo Institucional e onde é possível a sua atuação. Buscamos embasamento bibliográfico a fim de contribuir com o reconhecimento da profissão do Psicopedagogo nas Instituições e discutir um pouco a respeito da sua progressiva e eficaz contribuição.

Palavras chaves: Psicopedagogia. Psicopedagogo Institucional. Instituições.

Abstract: The discussion of this text arose due to an elective course in the Psychopedagogy course, we realized that it was necessary to understand who the Institutional Psychopedagogy was. But before

1 Jacqueline Linhares Farias. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade ALPHA. Graduada em Pedagogia pela UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

2 Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Graduada em Pedagogia pela UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú



that, we would also need to understand a little bit about Psychopedagogy, how it emerged in Brazil, what Institutional Psychopedagogy does and where it is possible to act. We seek bibliographical basis in order to contribute to the recognition of the Psychopedagogy profession in Institutions and to discuss a little about its progressive and effective contribution.

Keywords: Psychopedagogy. Institutional Psychopedagogist. Institutions.

INTRODUÇÃO

Muito ainda se questiona a respeito do Psicopedagogo na Área Institucional. Neste resumo iremos abordar um Breve histórico da Psicopedagogia no Brasil, quem é o Psicopedagogo, o Papel do Psicopedagogo Institucional, onde o Psicopedagogo Institucional pode atuar, como o Psicopedagogo desempenha o seu trabalho nas instituições. Explanaremos um pouco sobre os três níveis de prevenção à incidência de problemas de aprendizagem nas instituições e a diferença entre a Identidade Institucional e a Estrutura Institucional.

Por muito tempo se percebeu que as pessoas têm dificuldades de aprendizagem das mais diversas e em momentos diferenciados de suas vidas. Diante da “... necessidade de orientar o processo educativo, oferecendo um conhecimento mais profundo dos processos de desenvolvimento, maturidade e aprendizagem humanos” (BOSSA, 2000, p. 41) e visando uma compreensão total da criança e do seu meio a Psicologia, a Psicanálise e a Pedagogia uniram os seus saberes a fim de compreender o ser humano como um todo.

Através dessa cooperação Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, esperavam adquirir um conhecimento total da criança e do seu meio, o que tornaria possível a compreensão do caso. Assim, a ação reeducadora poderia ser determinada



e prevista de acordo com a orientação e a gravidade dos distúrbios da criança (BOSSA, 2000, p. 39)

Inicialmente as investigações a nível Psicopedagógico ocorreram com os infantes pelo fato de ser considerável o número de crianças com dificuldades de aprendizagem que emergiam das escolas e brotavam nos consultórios de Psicologia e Psicanálise.

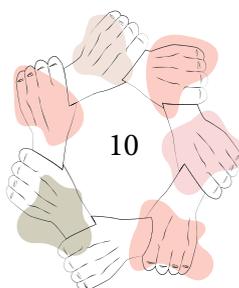
Um fator essencial a ser analisado neste processo de análise realizado pelo Psicopedagogo é o contexto psicossocial. O meio em que estes aprendentes estão inseridos também faz parte da sua formação. Há autores que

[...] defendem a tese de que os educandos e suas famílias são injustamente responsabilizados por problemas cujas causas reais se encontram no contexto social, político e económico onde a escola se insere, composto pela má formação docente, pela lógica capitalista excludente e pela constante reprodução de uma estrutura social de classes (ANGELUCCI et al., 2004 apud FEITOSA; PRETTE; MATOS, 2007, p.110).

Vimos que esta análise Psicopedagógica vai além do ser humano e busca identificar os problemas de âmbito social, político e económico relacionados as pessoas que avalia. É bem verdade que este é um trabalho abrangente e complexo, por isso quanto mais capacitado for o profissional da Psicopedagogia mais fácil se torna identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem de forma eficaz.

Embora a Associação tenha se concretizado desde a década de 80, entretanto desde 1997 a Associação Brasileira de Psicopedagogia tem entrado em embate pela regulamentação da profissão do psicopedagogo, o que infelizmente ainda não ocorreu.

A Associação de Psicopedagogos de São Paulo surge em 1980, a partir dos questionamentos a respeito do perfil profissional do psicopedagogo e da necessidade de definição de suas funções que começam a aparecer nas primeiras turmas de alunas do Instituto Sedes Sapientiae (ABPp, 1987)



Num segundo momento surge com muita força, no grupo de Psicopedagogos, a necessidade da interdisciplinaridade para a realização do trabalho Psicopedagógico. Promovendo eventos abordando temas inerentes aos aspectos psicopedagógicos envolvidos na aprendizagem onde profissionais de várias áreas de atuação foram convidados. Num terceiro momento o cenário nacional estava repleto de contatos com os grupos de profissionais, destacando Maria Lúcia Lemme Weiss, Maria Aparecida Mamede Neves e Maria Luiza Teixeira. O professor argentino Jorge Visca vem ao grupo de São Paulo com uma visão de Psicopedagogia voltada para a pesquisa a partir das causas e dos sintomas contribuindo de forma considerável para o desenvolvimento desta ciência no Brasil.

A ABPp é atuante e está atenta ao âmbito político e social. Realizou um pronunciamento a respeito do Decreto 10.502/2020 sobre a Política de Educação Especial suspenso pelo Ministro Dias Toffoli acompanhado pelo Supremo Tribunal Federal. No último dia 11 de Agosto de 2021 o ministro suspendeu a eficácia do Decreto supracitado que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A decisão liminar foi proferida em ação direta de inconstitucionalidade e irá ao Plenário submetida a referendo.

“A inclusão prioriza a diversidade e a vivência da igualdade de direitos que trazem a equidade de oportunidades para diferentes necessidades educacionais, visando que cada um possui competências que devem ser respeitadas e estimuladas. Sabemos dos desafios que a grande área da Educação enfrenta, porém a prerrogativa da inclusão nos oportuniza reflexões e ações que beneficiam a todos usufruírem de um sistema educacional de qualidade. Desta forma a ABPp ressalta que toda e qualquer ação que leve à discriminação promove a exclusão de pessoas em nome de uma “especialização”. (ABPp, 2021)

Vemos a atuação frequente da ABPp desde 1980 em favor da equidade no atendimento dos diferentes alunos, nas diversidades físicas, emocionais, intelectuais, psicológicas, culturais requerendo seus direitos.



Mas quem é o Psicopedagogo? O Psicopedagogo é um investigador que vai em busca de todo contexto que envolve o seu avaliando, seja ele criança, adolescente, adulto ou idoso. Que não foca na dificuldade em si, mas nas situações diversas que muitas vezes é a principal causa das dificuldades do seu avaliando.

De acordo com Fini (2000), se faz necessária a análise dessas situações de forma mais crítica e abrangente, atentando para as poucas verbas destinadas à Educação, condições precárias das escolas, a desvalorização do professor, a deficiente formação de alguns docentes, entre outros tantos problemas. Deste modo o trabalho do psicopedagogo pode auxiliar o aluno, o professor e a escola contribuindo para a melhoria do trabalho docente.

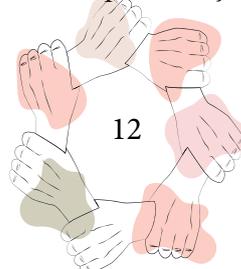
É importante lembrar que não somente as crianças são contempladas por este processo Psicopedagógico. Vemos que toda sociedade é afetada pelo contexto socioeconômico e suas consequências. E isto tem atingido adultos e idosos em seus ambientes institucionais e não apenas crianças e adolescentes na conjuntura escolar. Na definição do objeto de estudo da psicopedagogia vemos diversas significações:

Para Kiguel (1991), o objeto de estudo se estrutura em torno dos padrões evolutivos (normais e patológicos) do processo de aprendizagem humana; para Neves (1991), o objeto de estudo é o ato de aprender e ensinar; para Scoz (1992), é o processo de aprendizagem e as suas dificuldades; para Rubinstein (1992), “é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm nesse processo” (RUBINSTEIN, 1992, p. 103 apud BOSSA, 2000, p. 20).

Um fator é considerado em ambas as acepções do objeto de estudo da Psicopedagogia o principal objetivo da Psicopedagogia é estudar a Aprendizagem humana. E o Psicopedagogo é o responsável pela contextualização de fatores que circundam o ser capaz de aprender.

Faz parte do papel do psicopedagogo:

[...] detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar



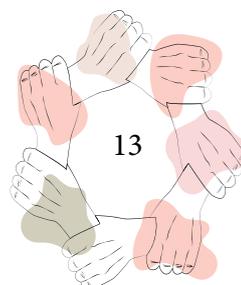
da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo (SOARES; SENA, 2012, p. 2-3)

A ação do Psicopedagogo Institucional está centrada na prevenção do fracasso, ele é o profissional que precisa estudar as modalidades do Aprendiz; que precisa buscar estratégias para mediar o conhecimento, que serão as intervenções Psicopedagógicas. Ele precisa observar os obstáculos epistêmicos (cognição) e epistemofílico (vínculo afetivo). Deve entender também o que significa o aprender para o sujeito, a família, a escola e descobrir o porquê do não aprender. Para isso o Psicopedagogo precisa ser um pesquisador permanente que busque além disso criar um ambiente harmonioso nos relacionamentos interpessoais.

A Psicopedagogia pode ser exercida em clínicas e instituições. Os dois ambientes exigem metodologias de trabalho específicas. O Psicopedagogo pode atuar em qualquer instituição: Escolar, Empresarial ou Hospitalar. Em todas as esferas esse profissional atua, pois, durante o processo de transmissão das informações que essas pessoas recebem em suas instituições pode haver falha na compreensão. Isto prejudica o processo de comunicação gerando falhas e até causando danos irreparáveis.

Estes problemas podem ser evitados ou minimizados pela atuação do Psicopedagogo que analisará todo o contexto a fim de buscar soluções, seja para um estudante ou um profissional.

Para analisar um sintoma dentro de uma empresa é preciso conhecer a metodologia da Instituição, seus valores e missão; investigar o que causa os problemas; agir sempre com um olhar preventivo; analisar o que causa contradições dentro do ambiente institucional; analisar também os conflitos



implícitos e ocultos; verificar o que tem de errado e preparar a intervenção; seguir a fundamentação teórica da Instituição; olhar o todo para ver onde a crise está se focando; identificar os obstáculos no processo de aprendizagem; implantar recursos preventivos.

Atualmente há uma maior preocupação com a Psicopedagogia em seu aspecto preventivo, que está diretamente relacionado com a Escola. Inicialmente seu maior foco era na questão clínica. Existem três níveis de prevenção (profilaxia) das Dificuldades de Aprendizagem.

Bossa (2000) divide o trabalho institucional em três níveis; no primeiro o objetivo do psicopedagogo é diminuir a periodicidade de incidência de problemas de aprendizagem, o segundo nível proposto se configura na diminuição e no tratamento dos problemas de aprendizagem já instalados e o terceiro nível atua clínica e diretamente sobre o transtorno.

A identidade institucional é a expressão que confere personalidade a instituição e traduz o que se considera ideal para a mesma. Esta identidade está representada nos conceitos de missão, visão e valores da instituição. A missão define a razão da existência empresarial; a visão é a situação desejável para o futuro da empresa e os valores constituem a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

A estrutura institucional é formada pelos Representantes da empresa, pela Diretoria e funcionários. Dependendo da esfera a que pertence a instituição pode ser educacional, hospitalar ou empresarial e baseado nisso existem inúmeras variações de profissionais que atuam nelas. Entretanto há um profissional que pode atuar em todas elas que é o Psicopedagogo com o intuito de identificar as dificuldades nos processos de aprendizagem e tomar medidas preventivas e ações pontuais de intervenção.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

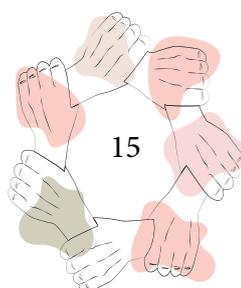
Neste resumo abordamos a Psicopedagogia Institucional e sua área de atuação e concluímos que este profissional é essencial para o bom funcionamento do processo educacional dentro das empresas, buscando estudar as modalidades dos aprendentes, a fim de preparar estratégias para mediar o conhecimento, para intervir diante das dificuldades de aprendizagem identificadas. Vimos que ele precisa avaliar não apenas os aspectos cognitivos, mas também os vínculos afetivos. O Psicopedagogo Institucional pode exercer sua função em clínicas e instituições, dentre elas as hospitalares. Observamos também que na atualidade há uma atenção maior com a Psicopedagogia em seu aspecto preventivo, a fim de minimizar as Dificuldades de Aprendizagem no espaço institucional. Esperamos com este resumo contribuir com a expansão da profissão do Psicopedagogo no âmbito empresarial.

REFERÊNCIAS:

ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia. A História da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível em:

<https://www.abpp.com.br/a-historia-da-associacao-brasileira-de-psicopedagogia/>. Acesso em 01 set. 2021.

MATUOKA, Ingrid. Os Desafios da EJA para incluir quem a escola abandonou. Disponível: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>. Acesso em 02 set. 2021.

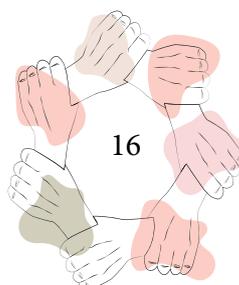


NOTA TÉCNICA AOS PSICOPEDAGOGOS. ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia.

Disponível: <https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2021/08/NOTA-TECNICA-AOS-PSICOPEDAGOGOS-Decreto-10-502-suspenso-pelo-STF-23-08-2021-Final.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

ZUMPARNO, Gabriela. Psicopedagogia: Processo Histórico, Ambientes e Técnicas de Atuação. Dis-

ponível: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121825/000797181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 04 set. 2021.

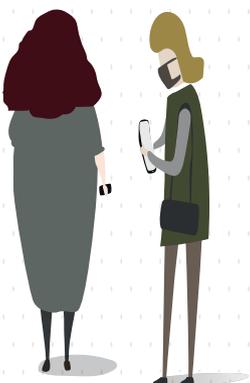




Capítulo

2

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DO INSUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS REPROVADOS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA



INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA DO INSUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS REPROVADOS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

PSYCHO-PEDAGOGICAL INTERVENTION: POSSIBILITIES AND PERSPECTIVES OF CHANGING THE SCHOOL FAILURE OF STUDENTS FAILING IN THE PORTUGUESE LANGUAGE SUBJECT

Maria Geane da Silva Braga¹

Resumo: A reprovação escolar é algo que apesar de tão antigo nos impressiona a todo tempo, pois acontece naturalmente nas escolas e, mesmo sendo de conhecimento de todos, não se tem pensado efetivamente em uma intervenção psicopedagógica eficiente que venha reverter os altos índices, principalmente na disciplina de língua portuguesa. Além disso, é preciso dizer que essa situação não depende só dos professores, mas de toda a comunidade escolar: pais, coordenadores, diretores, familiares e demais colaboradores da instituição de ensino e especialmente de todos os alunos envolvidos nesse contexto. Na educação, quando se trata de dificuldades de aprendizagem, de imediato se associa a essa questão à classe menos favorecida, ou seja, o histórico familiar passa a ser uma das premissas para justificar o que não se cumpriu ao longo da vida do aluno, que nada mais é do que o direito de aprender. Diante disso, é preciso saber a origem da falta de sucesso da aprendizagem, do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa que leva a altos índices de reprovação nas escolas brasileiras para intervir nessa situação de forma mais criteriosa. Vale ressaltar, ainda, que as condições atuais

1 Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional



permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita, pois há diversas considerações no que se refere ao conhecimento didático acumulado às transformações educacionais realmente significativas. Espera-se, sem procurar culpados, buscar a união de agentes e ações com intervenções transformadoras na melhoria da aprendizagem escolar, abolindo ou minimizando o tão discutido insucesso escolar por meio da reprovação na disciplina de língua portuguesa.

Palavras-Chave: Insucesso Escolar, Reprovação, Leitura e Escrita, Intervenção Psicopedagógica.

Abstract: School failure is something that, despite being so old, impresses us all the time, as it happens naturally in schools and, even though it is known to all, there has been no effective thought of an efficient psychopedagogical intervention that will revert the high rates, especially in the Portuguese language subject. Furthermore, it must be said that this situation does not only depend on the teachers, but on the entire school community: parents, coordinators, directors, family members and other collaborators of the educational institution and especially on all students involved in this context. In education, when it comes to learning difficulties, this issue is immediately associated with the less favored class, that is, family history becomes one of the premises to justify what was not fulfilled throughout the student's life, which is nothing more than the right to learn. Therefore, it is necessary to know the origin of the lack of learning success, of the school failure in the Portuguese language subject that leads to high failure rates in Brazilian schools in order to intervene in this situation more judiciously. It is also worth mentioning that the current conditions allow rethinking about the teaching of reading and writing, as there are several considerations regarding the didactic knowledge accumulated in the really significant educational transformations. It is expected, without looking for



culprits, to seek the union of agents and actions with transformative interventions in improving school learning, abolishing or minimizing the so-discussed school failure through failure in the Portuguese language subject.

Keywords: School Failure, Failure, Reading and Writing, Psychopedagogical Intervention.

INTRODUÇÃO

A reprovação na disciplina de língua portuguesa pode gerar, dentre outros, o insucesso escolar de muitos estudantes. Tema este, muito debatido no cenário da educação, principalmente para entender os fatores que levam a este problema, ressaltando, ainda, que a educação é um direito de todos.

Dessa forma, levando em consideração que a reprovação escolar é um dos maiores problemas e desafios do sistema educacional, definiu-se como tema de pesquisa a ser desenvolvido: Intervenção Psicopedagógica: possibilidades e perspectivas de mudança do insucesso escolar de alunos reprovados na disciplina de língua portuguesa, pois, há algum tempo se discute no âmbito social e da educação os fatores que levam à reprovação dos alunos nas escolas brasileiras e conseqüentemente ao insucesso escolar dos mesmos. Decerto que muitos são os esforços para reverter os índices que se apresentam nesse campo, mas, infelizmente, há muito que percorrer, pois se tudo muda na educação para mais ou para melhor e o aluno não aprende sequer o básico nos aspectos da linguagem e suas tecnologias, ou mesmo em outras áreas, para quê ou quem foi mesmo essa mudança? Além disso, no ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita. Sabe-se que os índices brasileiros de repetência são inaceitáveis mesmo em países



muito mais pobres e que estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever.

Em relação a esse problema, vários pesquisadores e estudiosos associam tal fato à pouca participação da família, à falta de qualidade no ensino em detrimento à falta de formação permanente e significativa dos professores, ao modelo de gestão, entre outros determinantes, dos quais servem de justificativa para a não aprendizagem dos alunos, que paralelo a isso apresenta como consequência a desmotivação, a ausência de habilidades e competências básicas na leitura e na escrita.

Em função disso, a criança passa de uma série para outra com enorme carência linguística, ganhando proporções absurdas no tocante à aprendizagem. O que seria construído firmemente em suas fases iniciais de aprendizagem, passa a ser descaracterizado e descoberto nas séries seguintes, prejudicando de maneira excessiva o desenvolvimento cognitivo do aluno.

A reprovação escolar é algo que apesar de tão antigo nos impressiona a todo tempo, pois acontece naturalmente nas escolas e, mesmo sendo de conhecimento de todos, não se tem pensado efetivamente em uma intervenção psicopedagógica eficiente que venha reverter os altos índices, principalmente na disciplina de língua portuguesa.

Além disso, é preciso dizer que essa situação não depende só dos professores, mas de toda a comunidade escolar: pais, coordenadores, diretores, familiares e demais colaboradores da instituição de ensino e especialmente de todos os alunos envolvidos nesse contexto. Na educação, quando se trata de dificuldades de aprendizagem, de imediato se associa a essa questão à classe menos favorecida, ou seja, o histórico familiar passa a ser uma das premissas para justificar o que não se cumpriu ao longo da vida do aluno, que nada mais é do que o direito de aprender.

Diante disso, iremos nos aprofundar para sabermos a origem da falta de sucesso da aprendi-



zagem, do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa que leva a altos índices de reprovação em uma escola pública do interior de Alagoas.

Salienta-se a importância deste estudo em função de dois aspectos: social e profissional. O social por apresentar um apelo maior no sentido de as ações públicas e políticas tomarem a educação como prioridade em todos os seus aspectos e sentidos, pelo menos, isto é uma das questões mais discutidas no cenário educacional. E o profissional, buscando contribuir para a diminuição deste problema, considerando, portanto, as condições de trabalho e, principalmente, do ensino oferecido ao sujeito aprendiz.

Vale ressaltar que as condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita, tanto do ponto de vista social, quanto profissional, pois há diversas considerações no que se refere ao conhecimento didático acumulado, e também as contribuições de outras áreas que estão inter-relacionadas às transformações educacionais realmente significativas.

Portanto, espera-se conhecer as causas da reprovação na disciplina de língua portuguesa e seus diferentes fatores para proceder às ações de intervenção psicopedagógica no contexto do insucesso escolar dos alunos, no sentido de descrever as principais características e significados do conceito de reprovação, insucesso escolar e intervenção psicopedagógica para identificar essas causas e consequências na disciplina de língua portuguesa. E, assim, apontar ações de enfrentamento com vistas à intervenção psicopedagógica para o problema da reprovação e o insucesso na disciplina de língua portuguesa, entre elas, a relação escola - família, a qualificação profissional e o papel da equipe diretiva da unidade escolar.

Mediante o contexto, e, sem procurar culpados, buscar, portanto, a união de agentes e ações com intervenções transformadoras em prol de melhorias na aprendizagem escolar, abolindo ou mini-



mizando o tão discutido fracasso escolar por meio da reprovação na disciplina de língua portuguesa.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE REPROVAÇÃO, INSUCESSO ESCOLAR E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A reprovação tem sido discutida ao longo do tempo em vários ambientes, principalmente no escolar. Muitos fatores são conhecidos, alguns supostos, mas não podemos negar a responsabilidade enquanto professor, quando um aluno é reprovado. Além disso, um aluno reprovado passa pela distorção idade-série, várias dificuldades de aprendizagem, ausência de acompanhamento familiar, e ainda, a baixa autoestima até por fim chegar à evasão escolar. Para SILVA (2007), a reprovação é um instrumento covarde, pois, segundo este, joga - se toda a culpa das mazelas da educação justamente no elo mais fraco da corrente - o aluno.

No entanto, é preciso entender que esse problema está relacionado a um contexto mais geral, ou seja, a uma sociedade marginalizada, marcada pela violência, desemprego, sem condições de vida humana e completamente excludente, por não atender às exigências da ordem mundial que cresce com o desenvolvimento tecnológico, a globalização cultural e as leis mercantis, e que gera cada vez a seletividade social. Partindo desse contexto, refletir “se todas as demais condições necessárias melhorarem, mas os alunos não aprenderem mais e melhor, não há melhoria na qualidade da educação” (ASSMANN, 1995 apud LIBÂNEO, 2001.p. 61).

De acordo com esse pressuposto, o fato de a escola muitas vezes não saber fazer de seus alunos competentes leitores, certamente poderá trazer consequências graves e diversificadas para o futuro destes estudantes, pois terão dificuldades em continuar na escola, onde a leitura transcorrerá



em todo o tempo, e estes por apresentar limitações acerca da mesma, logo passarão a serem candidatos à reprovação e à evasão escolar. Assim, Cagliari (2009. P.6) apresenta que:

Uma das causas desse fracasso escolar, a meu ver, é a incompetência técnica. Ocorre que quem orienta a educação (escolas de formação, secretarias de educação, autores de livros didáticos, professores...) não sabe ensinar devidamente, porque desconhece muitos aspectos básicos da fala, da escrita e da leitura [...].

No Brasil, a história da política educacional desencanta todos os comprometidos com um ensino de qualidade, pois os primeiros bancos escolares foram violentamente autoritários, a favor de um modelo caprichoso, gerando a primeira mão de obra em exploração, genuinamente brasileiras, jesuitamente alfabetizadas, hoje ambas tão promovidas em ações de marketing pelos nossos governantes com a propaganda Educação para Todos.

Este problema tem inquietado muita gente até hoje. Basta apenas, atentarmos para os dados de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização do MEC (ANA, 2013), 22% dos alunos de oito anos não sabiam ler adequadamente e 35% não sabiam escrever. Já nos anos finais do ensino fundamental, a Fundação Lemann analisa que o Brasil avançou nos anos finais, mas ainda não estamos em um patamar adequado. As taxas de aprovação estão subindo muito lentamente, a evolução em proficiência é abaixo do desejável e não concretiza completamente os avanços dos anos iniciais em anos anteriores. Outro estudo conduzido pelo IPM (Instituto Paulo Montenegro) e pela ONG Ação Educativa em 2015 concluiu que apenas oito a cada grupo de cem pessoas em idade de trabalhar no Brasil são consideradas plenamente capazes de entender e se expressar por meio de letras e números.

Para FREIRE (1996, p.47):

[...] Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto



em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Dessa forma, educar e ensinar torna-se um caminho de mão dupla, não se podem desconsiderar os conhecimentos que perpassam na vida das pessoas, pois sempre temos algo a dar e a receber. O ensino é vida, vivência, portanto, o professor é apenas um mediador do conhecimento que deve trocar experiências de vida com o educando, que certamente aprenderá a conhecer situações novas. E, isto não quer dizer transferência, quer dizer sistematizar um conhecimento que já existe, dando possibilidade de as crianças e jovens aprenderem a usar este conhecimento em situações que precisem por em prática o que já faz parte do seu próprio meio, internalizando assim, o que adquirirem ao longo de suas vidas. Agindo dessa forma, o professor estará mais livre para selecionar os métodos, as técnicas e buscará os rumos e o ritmo que mais se adequar á turma, colocando sua sensibilidade acima de qualquer modelo preestabelecido.

Segundo CAGLIARI (2009, p.19):

A escola moderna se envolveu num emaranhado de teorias e métodos, mas se afastou, de fato, da realidade de seus alunos. O que fez a escola? Creio que nem ela própria sabe explicar. É preciso recuperar o fio da meada e começar a tecer de novo. Não ao acaso, nem de maneira mais complicada do que o próprio mundo, mas na justa medida das coisas. Por exemplo, ensinar língua portuguesa é ensinar língua portuguesa e não fazer disso um campo de prova de teorias ou hipóteses psicológicas, pedagógicas, ou seja, lá o que for. Mas o que é ensinar língua portuguesa para pessoas que já sabem falar o português?

Diante disso, é preciso refletir acerca dos altos índices de reprovação na disciplina de língua portuguesa para poder intervir psicopedagogicamente no processo do ensino e da aprendizagem, dentre os vários descaminhos apresentados nesse contexto, a família se traduz como um dos fatores mais necessários para ajudar a reverter essa cultura. Assim:

Bons pais conversam, pais brilhantes dialogam. Entre conversar e dialogar



há um grande vale. Conversar é falar sobre o mundo que nos cerca. Dialogar é contar experiências, é segredar o que está oculto no coração, é penetrar além da cortina dos comportamentos, é desenvolver inteligência interpessoal. (GARDNER, 1995 apud CURY, 2003.p. 42).

Portanto, um dos significados que melhor explicaria a palavra reprovação poderia se aplicar à qualificação escolar que se encontra abaixo de aprovado. Então, quando dizemos que um aluno foi reprovado em alguma matéria significa que ele não alcançou a média desejada de uma prova ou outro instrumento de verificação da aprendizagem, por que, sua nota obtida não foi satisfatória. Atrelado a isso, a consequência pode se esbarrar no insucesso escolar, especialmente no ensino de língua portuguesa, pois, a depender da forma pela qual a leitura e a escrita são apresentadas na escola, as noções que as crianças têm desses dois processos vão-se modificando, ficando confusos e até por vezes truncados. É preciso ressaltar, pois, que as crianças dão sentido à escrita conforme as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos. Porém, se a escola não percebe isso, termina confundindo falta de conhecimento da criança com incapacidade mental ou motora, levando a uma avaliação desta como inapta para aprender, e por vezes até justificando para que não se ensine nada a ela, gerando uma carência muito maior quando a mesma chega aos anos finais do ensino fundamental.

Destarte, ainda de acordo com a Fundação Lemann, mais de 19% dos alunos reprovam no 6º ano, principalmente em língua portuguesa. Esta situação reflete o grande desafio acerca da transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental para que não aconteça o insucesso escolar. Contudo, se a escola não funciona para o sucesso do aluno, que trocando em miúdos, seria a garantia do direito de o mesmo aprender, então, a falha da instituição gera o fracasso de toda a comunidade escolar. Isto porque, o sistema não fora capaz de motivá-los, integrá-los, acreditarem na própria capacidade e fazer com que tivessem êxito, tornando-se, portanto um tremendo desafio, já que



todos os casos individuais se transformaram em problemas sociais.

De acordo com OLIVEIRA (2015)

Ouvindo tanto os pais quanto os profissionais da escola o que se percebe é o cansaço que essas crianças causam em seus pais e professores e a dúvida de como eles, sendo tão ágeis e inteligentes, não conseguem prestar atenção e desenvolver, com sucesso, atividades corriqueiras do dia-a-dia, que são propostas tanto pela família quanto pela escola, tais como arrumar o quarto, fazer as lições escolares, obedecer a regras combinadas, dentre outras. A incapacidade de prestar atenção ou de ficar quieto leva os adultos que convivem com essas crianças a considerá-las malandras e, frequentemente, são rotuladas de irresponsáveis, malcriadas, endiabradas, avoadas, surdas e até mesmo, pouco inteligentes. O rol costuma ser de adjetivos pejorativos e, como resultado, os pais e educadores vivem conflitos entre sentirem-se impotentes diante da criança e a vontade de ajudá-los. Não percebem o esforço que essas crianças fazem para obter sucesso em suas tarefas e que se fazem coisas com aparente facilidade é porque estavam altamente estimulados para aquela investida.

Diante do exposto, em primeiro lugar, a escola deve compreender que alunos com dificuldade de aprendizagem não são incapazes de aprender. É papel da escola, portanto, quebrar certos rótulos e paradigmas de que um aluno com dificuldade de aprendizagem é “deficiente” ou “fraco”. Também é essencial que os profissionais e professores tenham conhecimento sobre as diversas dificuldades de aprendizagem, já que todos eles vão influenciar o avanço e melhoria do aluno e por último, a importância do engajamento da família no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

Para que as escolas formem cidadãos críticos e atuantes na sociedade é preciso ir muito além com a nossa educação. Conforme Antunes (2003) é necessário que cada profissional envolvido com o processo ensino-aprendizagem discuta a educação de forma reflexiva, crítica e criativa. Os professores precisam trabalhar com o objetivo de formar cidadãos para o exercício fluente, adequado e relevante da linguagem verbal, oral e escrita, capazes de criticar, opinar e decidir. (KUSIAK, 2002).

Para isso, quanto mais variadas estratégias cada um se apropriar, melhor será o resultado do que se pretende alcançar nesse aspecto, por exemplo: aula expositiva e dialogada; aulas práticas;



tempestade cerebral; aula demonstrativa; estudo dirigido; resolução de exercícios; leituras e escrita de diversos gêneros, discussão e debates; laboratórios e oficinas; estudo do meio; dinâmicas de grupo; trabalho em grupo; trabalho em dupla, pesquisa, entre outros, que bem aplicados, poderão adequar metodologia ao conteúdo trabalhado. A este conjunto de iniciativas, podemos denominar “intervenção psicopedagógica”, ou seja, ação conjunta, mediação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e que possam ser estimulados reciprocamente, por força da interação a que estão submetidos.

Segundo KUSIAK (2002):

Na perspectiva discursivo-interacionista, o ensino da língua é uma atividade interativa, inserida no universo das práticas sociais, discursivas, envolvendo interlocutores, propósitos comunicativos determinados e realiza-se sob a forma de textos, mais especificamente sob a forma de diferentes gêneros de textos. Esta prática deveria se sobressair em nossas escolas.

Portanto, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino da Língua Portuguesa, um dos desafios seria rever e/ou reorientar a prática pedagógica, o planejamento e a didática utilizada pelos professores no ensino da própria língua, mas dentro de um contexto maior, ou seja, o aluno deve ser protagonista do processo. Para isso, toda a comunidade escolar precisa refletir sobre o seu real papel, reelaborar estratégias para que o aluno adquira a competência ou habilidade que ainda não tenha completamente sido atingida. E desta forma, o aprendizado seria mais significativo para o aluno e o processo educativo ganharia qualidade.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO INSUCESSO ESCOLAR

As causas do insucesso escolar podem está relacionadas com o ambiente em que o aluno está



inserido, ou seja, com o seu meio familiar, social e escolar. Em cada um destes há uma diversidade de fatores e situações que poderão levar a um caso de insucesso.

Nesse sentido, Cury (2003, p.31) enfatiza:

Que educação é esta que fala sobre o mundo em que estamos e se cala sobre o mundo que somos? Pergunte sempre aos seus filhos: “O que está acontecendo com você?”, “Você precisa de mim?”, “Você tem sofrido alguma decepção?”, “Você tem vivido alguma decepção?”, “O que eu posso fazer para torna-lo mais feliz?”

No meio familiar essas questões acontecem desde a precipitação dos pais em fazerem os seus filhos entrar na escola com menos idade até a indiferença desses mesmos pais no acompanhamento da vida escolar dessas crianças. Paralelo a isso ainda pode destacar o mau ambiente entre os pais, onde se percebe muitas vezes as sucessivas discussões, além dos motivos econômicos, ou seja, o aluno se vê como mais uma despesa e por isso, vai trabalhar para ajudar nas questões familiares, dedicando, portanto menos tempo aos estudos. É preciso, pois, alimentar o interior de cada aluno. Ajudá-los a desenvolverem a capacidade crítica e não permitir que eles vivam com os pesadelos, mas em campo de sonhos, assim, eles serão livres para escolher e decidir.

Já no meio social, muitos alunos se deparam com a falta de popularidade entre os colegas ou mesmo com o excesso de atividades extracurriculares.

Buscar construir o sujeito, sua infância, frente as suas condições sociais relacionadas aos aspectos históricos e culturais, visa situar este sujeito em seu lugar social, perceber como este interage com a temporalidade, como se constitui como sujeito. Neste sentido, visa problematizar os processos de historicidade e socialização existentes em seu cotidiano: quem é esta criança que se apresenta sobre nosso olhar? (Maia, 2007, p.47).

Diante desse contexto e da atual conjuntura da vida pós-moderna, avalia-se que indivíduo e



sociedade não existem isoladamente e de forma unilateral. As mudanças que perpassam ao longo da existência de ambos são decorrentes da ligação de cada qual, ou seja, homem x sociedade, além do pluralismo e não da individualidade como em uma grande teia. Em meio a essas reflexões há reconhecimento do sujeito como flexível, mutável e indissociável da sociedade, na qual assume inúmeros papéis de acordo com os costumes do seu meio.

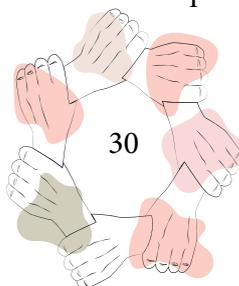
Nesse sentido, OLIVEIRA (2015) nos chama atenção:

Tem sido muito comum nos consultórios de psicopedagogia a queixa de pais que verdadeiramente desabam, denunciando estarem exaustos com a rotina estressante que seus filhos lhes impõem. Discorrem as várias estratégias já tentadas com o objetivo de atendê-los em suas necessidades e agitação, todas elas, na maioria das vezes, ineficazes. Os pais compreendem o que acontece com seus filhos e ficam perplexos diante do tumultuo que causam em suas famílias.

Então, há de se levar em consideração todo o entorno em que o aluno esteja inserido para que a aprendizagem deste venha acontecer de fato e de direito. Dessa forma, a escola é propulsora nessa caminhada rumo ao conhecimento. Pois, este é quem assegura ao indivíduo, o respeito à sua maneira de pensar e agir. Além disso, haja vista no momento que tudo isso deve ser considerado de maior importância na elevação social, no atual momento de grandes e significativas mudanças globais. Não estamos falando de um conhecimento compartilhado, mas um saber amplo, duradouro, crítico e emancipatório. E isso só é possível, se a escola abrir as portas para uma educação que garanta ao sujeito o direito dele aprender, que respeite as experiências vividas e instigue o aluno a pensar sobre o seu papel nos diversos aspectos de sua vida.

De acordo com PONTES (2005):

Os professores recebem diariamente em suas salas de aula alunos que não aprendem o que se espera que eles aprendam. Nesse sentido, não é possível negar a realidade do fracasso escolar. Contudo, o fracasso escolar não é um fato que possa ser constatado pela experiência. É, antes, uma forma de verba-



lizar a experiência e a prática, de recortar, interpretar e categorizar o mundo.

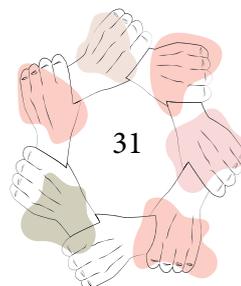
Dessa forma, e não querendo esgotar todas as causas que levam ao insucesso escolar até o momento, destaca-se, ainda, o próprio meio escolar. Isto porque, a preparação deficiente nos anos escolares anteriores trazem inúmeras consequências: a falta de estudo e/ou interesse pela escola e disciplinas lecionadas; o mau funcionamento da própria escola; os métodos não eficazes estabelecidos pelo professor para ultrapassar as dificuldades do aluno e o elevado número de alunos numa mesma turma são algumas situações que precisam ser repensadas por todos que fazem parte da cultura escolar.

(...) é crucial a formulação de um projeto de educação escolar que se posicione em relação às obrigações sociais do Estado, à organização do sistema nacional de ensino e aos temas mais recorrentes da questão escolar: gestão, currículo, avaliação institucional, profissionalização de professores e processo de ensino e aprendizagem. (Libâneo, 2001, pág. 7).

Assim, a escola precisa ressignificar o seu papel. Com isso, os alunos adquirem criticidade e tentam contrariar este tipo de situação, pois a escola é um instrumento essencial para uma formação profissional e, possivelmente uma situação econômica estável, mediante o nível social, onde os alunos têm a oportunidade de expandirem os seus horizontes e de experimentarem diferentes sentimentos.

Nesse cenário, OLIVEIRA [2015] relata que:

(...) o insucesso escolar fica vinculado à compreensão que se tem do papel da escola. Se entendermos que o papel da escola é construir conhecimento com “todos” os alunos, certamente os profissionais da escola procurarão formas de promover aprendizagens. A rigidez da escola pode gerar, além do fracasso escolar e do sentimento de incapacidade, uma situação emocional desfavorável à aprendizagem, gerando baixa autoestima e desestimulando e dificultando, ainda mais, a aprendizagem da criança ou do adolescente. Não é raro um aprendiz apresentar-se dizendo: “Sou burro para os estudos”. Igualmente importante e, talvez até mais determinante, é a rigidez da família ao não aceitar seu filho como ele é e entender que cada um de nós tem suas dificuldades e pontos a serem superados.



Contudo, os jovens nem sempre encaram a escola de uma forma positiva e o insucesso escolar pode provocar uma multiplicidade de consequências como: a desmotivação, o desinteresse ou mesmo o abandono da escola, uma baixa autoestima, o afastamento de colegas e amigos, a entrada para o caminho das drogas, a tendência para a criminalidade, entre outros.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa sucesso é “2.1. bom resultado; êxito, triunfo; 3. pessoa ou coisa vitoriosa, de grande popularidade (...)”.

Vê-se, então, uma impossibilidade de promoção do sucesso na escola brasileira, hoje. Ora, para haver sucesso é necessário ter pessoas conscientes: alunos, educadores, pais, entre outros, dos quais se constituem nesse processo. E mais: que o processo seja transparente e honesto, com a participação eficaz de todos os que nele estão inseridos.

Nesse sentido, PONTES (2005, p. 35) considera que:

(...) são objetivos da educação contribuir para que a interação e convivência da criança na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito, e facilitar e incentivar atitudes de cooperação social e responsabilidade moral, então a escola tem papel fundamental na qualidade dos relacionamentos que o sujeito vai estabelecer na sua vida. Além disso, é essencial, para uma aprendizagem de qualidade, que a criança esteja motivada e envolvida nas ações propostas e o professor é o principal responsável por estimular e criar condições para essa motivação, garantindo o desenvolvimento integral de seu aluno.

De acordo com a autora, o sucesso escolar implica diversos outros fatores. Dentre eles, podemos ressaltar a importância da autoestima e autoconceito da criança, das concepções das crianças acerca da leitura e escrita, da relação professor-aluno e da postura do professor frente aos problemas que as crianças enfrentam. Por considerar esses fatores fundamentais para o sucesso escolar e por estarem, os quatro, intimamente relacionados, a proposta é discuti-los aqui, embora diversas vezes isso



já tenha sido debatido nos diversos segmentos da educação. Inclusive por meio de políticas públicas, o próprio Ministério da Educação projetou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, objetivando metas que contribuíssem para que as escolas e secretarias de educação pudessem viabilizar o atendimento de qualidade aos alunos, com foco nas salas de aula.

O MEC precisava identificar as redes de ensino municipal ou estadual que apresentam maiores dificuldades no desempenho escolar, para então dar uma maior atenção, apoio financeiro e de gestão a estas instituições. Com esta finalidade o PDE, disponibilizou um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb seria, portanto, o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil. Ele seria calculado através de dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educasenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática). (Brasil, MEC, 2008)

Contudo, para que as causas e consequências do insucesso escolar, associadas, dentre outros, a problemas familiares, cognitivos, psicológicos e neurológicos da criança superem as barreiras no processo de aquisição do conhecimento, será preciso, independente de conceituações, legislação, políticas públicas, entre outros, considerar os que ensinam e os que aprendem para lidar com uma infinita diversidade que irão encontrar em uma sala de aula, pois cada qual advém de diferentes culturas, histórias, famílias, expectativas, experiências e pensamentos próprios. E, o fracasso escolar é uma chaga que atinge os alunos e pela exclusão social que se projeta na vida adulta poderá trazer sérias consequências se não for identificado e proceder a uma intervenção a tempo por parte de todos os envolvidos no contexto da escola.

Em uma retrospectiva da instituição escolar no Brasil, vemos que há muito já temos políticas educacionais e um discurso no sentido de se oferecer uma escola de qualidade para todos, de acabar com o analfabetismo e instituir metas de colocar ‘todas as crianças na escola’. (Pontes, 2005, p.36).



Dessa forma, vale salientar que a educação não é mérito de um único professor ou de uma única escola, mas é o objetivo de todo docente e de toda comunidade escolar, nesta se insere desde o porteiro da instituição até chegar à família. Ninguém escapa da educação, pois em casa, na rua, na igreja ou na própria escola, todos nós envolvemos partes da vida com ela, visto que esta se traduz em troca permanente de vivências, experiências e, é assim que se aprende e também se ensina. É preciso, ainda, saber, para saber fazer ou para conviver. Todos os dias se misturam a vida social, cultural com a vida da educação. O que muitos ainda não conseguiram entender ou talvez não entendam mesmo é que o aluno é um sujeito que tem a sua própria vida antes de iniciar a sua complementação na escola. Portanto ele pensa, ele sabe de muita coisa. Ele não chega vazio. Ele precisa apenas que as pessoas novas, que aquele novo mundo acredite que ele tem a capacidade para aprender e chegar a esse tão discutido sucesso escolar.

É importante reunir, para conversarem, os profissionais que atendem a criança, a família e os professores e coordenadores pedagógicos da escola que frequenta, para que seja traçado, para cada caso, uma linha de ação em termos de responsabilidades da escola, da família e dos profissionais que lidam com a criança. O que deve permear essa reunião é a coerência entre as diferentes propostas e possibilidades concretas de se realizar o que se propõe. A escola assume o papel pedagógico do processo, no entanto, respaldada pelos profissionais que atendem a criança e validado pelos pais. (Oliveira, 2015).

Entendemos, portanto, que o grande objetivo da escola e da educação é construir sujeitos aprendizes, autores de sua vida e resilientes para promoverem aprendizagens e enfrentarem suas dificuldades. Muitas vezes com o olhar mais de perto ou mesmo um toque afetivo pode alcançar ou instigar o sucesso das pessoas. Decerto que devemos levar em consideração a parte governamental. Cada um precisa se responsabilizar pelo que assume diante da vida pessoal ou profissional. No entanto, as ideias, os projetos não podem permanecer apenas nas mentes ou nas gavetas. Isto não basta.



É preciso que as leituras saiam do pensamento, do papel e passem a ter vida, porque são muitos os estudos, as discussões e, infelizmente vemos uma prática um pouco distante da realidade. O que fazer para um aluno que frequenta a escola desde os quatro anos de idade chega ao ensino fundamental II e ainda sequer sabe extrair informações básicas de um texto simples? O que fazer para um aluno que vem de uma desestrutura familiar ou social e não consegue se concentrar nos conteúdos ensinados? O que fazer para um professor que há muito perdeu a vontade de ensinar? O que fazer quando se depara com uma gestão escolar que ao menos sabe o significado de gestão? O que fazer com um secretário de educação que apenas preenche o cargo político sem compromisso com a educação?

Poderíamos elencar vários questionamentos que traz como consequência o insucesso escolar, mas, infelizmente a maioria deste insucesso se esbarra naquele que deveria ser o protagonista do processo educativo: o aluno. Desse modo, podemos entender esse pensar sobre educação e fazer educação como uma nova forma de fazer política voltada para os interesses dos grupos num movimento de ação, reação, reflexão, que nos faz compreender a politicidade inerente aos processos educativos. Por outro lado, ressalta-se a importância da afetividade na vida do aluno, pois esta sempre se apresenta na vida dos seres humanos, seja qual for o ambiente onde eles se encontram, na família ou qualquer que seja a instituição as relações pessoais, familiares e o processo de aprendizagem estará sempre influenciada pela afetividade.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O PROBLEMA DA REPROVAÇÃO E INSUCESSO ESCOLAR

Para que a intervenção psicopedagógica aconteça com sucesso o psicopedagogo ou educa-



dores precisam muito mais do que dominar técnicas de psicologia e/ou pedagogia. Desta forma, eles devem estar sempre se atualizando nos assuntos que permitem compreender o sujeito aprendente na maioria de suas manifestações, tanto psíquicas, quanto motoras, sociais ou biológicas, visando a prevenção como eixo principal do seu trabalho.

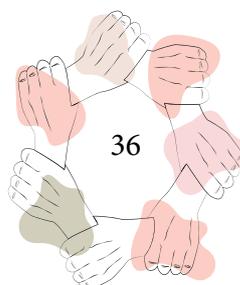
Neste sentido, autores como BOSSA (2000) nos ajuda a entender que a psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda sobre o problema de aprendizagem e como se preocupa com esse problema, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem, estudando assim, as características da mesma. Já SCOZ (1994) nos diz que o objeto de estudo da psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O primeiro considera o objeto do estudo de psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento enquanto educável, e o segundo, uma identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

Diante do exposto, percebe-se que para proceder a uma intervenção psicopedagógica no enfrentamento de problemas relacionados à reprovação e conseqüentemente ao insucesso escolar não é tarefa simples, pois, somente poderemos reverter tal situação a partir de uma ação conjunta, ou seja, uma mediação entre os sujeitos envolvidos nesse contexto e que possam ser estimulados reciprocamente por força da interação a que estão submetidos.

Segundo SILVA (2007):

Uma das principais violências praticadas contra os alunos é a covarde reprovação escolar. Os alunos mais contestadores ou rebeldes são sistematicamente suspensos ou expulsos da escola pública. Isso mesmo sabendo-se que a Constituição Federal garante o acesso e a permanência na escola pública.

Isto significa que, dentre as várias formas de violências reais enfrentadas pelos alunos, a



simbólica da reprovação escolar é a mais covarde, pois, aparentemente se esconde na mediação pedagógica, além de responsabilizar os mesmos pelo insucesso da escola. Sendo assim, acabam com a autoestima do aluno e em nome desse insucesso livram a má qualidade da escola que por vezes não se preocupam com as condições ofertadas em relação ao processo do ensino e da aprendizagem.

De acordo com MAYA & FISCHER (2008, p. 77):

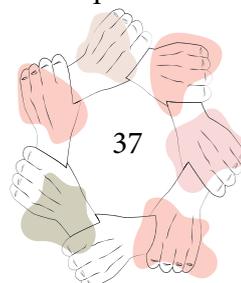
(...) o processo de intervenção psicopedagógica é imprescindível. Tanto no espaço educativo, como em outras instituições em que ocorram os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma devemos saber reconhecer, diferenciar o que é próprio do fracasso escolar e o que é parte do processo sintomático das dificuldades de aprendizagem.

Assim, a intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do processo de aprendizagem humano, o qual jamais está dissociado de processos de ensino. Logo, um aluno reprovado e que apresenta uma condição socioeconômica desfavorável, que não recebe o incentivo correto para o estudo em casa e que ainda apresenta problemas de fundo biológico estará fadado ao insucesso escolar.

Sem dúvida, estamos tratando de um tema complexo. Portanto, faz-se necessário uma série de questionamentos antes de proceder a um trabalho pedagógico de intervenção referente ao assunto em estudo: de que maneira o professor poderá desempenhar um trabalho de qualidade em meio a um universo tão diversificado de situações encontradas na sala de aula ou mesmo na escola? Como lidar com a falta de perspectiva de jovens alunos, onde muitos destes vêm de uma cultura de reprovação? Como fazê-los sonhar com um futuro possível e cheio de empenho e dedicação? De que maneira a escola pode promover a confiança e a esperança entre os seus alunos e professores? E como intervir nas questões advindas de circunstâncias de vida tão adversas, que levam ao desânimo, à acomodação?

Nesse sentido, FREIRE (1996, p.30) relata que:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo



os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, (...), discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Portanto, as questões sociais referentes à família, à instituição escolar, à política, à religiosidade ou qualquer outro âmbito social, não são solucionadas buscando-se apenas um culpado, neste caso, o aluno, que é apresentado como responsável pelos seus problemas de indisciplina. Ao contrário do que se imagina, as razões pelas quais a (in) disciplina ocorre, estão direta ou indiretamente, distribuídas igualmente entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor. Embora as justificativas estejam centradas, quase sempre, em problemas na família, em influências da televisão, da sociedade, da mídia como um todo, nas carências, as mais diversas, exime-se a escola ou mesmo o educador de qualquer responsabilidade.

Além disso:

Por um lado, as famílias aumentaram em número, mas a realidade é que a convivência diminuiu. Certamente não por opção, mas por necessidade, pelas exigências do mercado de trabalho, do custo de vida, dentre outras. [...] A família tem então um enorme poder tanto para o bem como para o mal. Quando vivemos a Cidadania Familiar, colocamos no mundo seres humanos com potencial transformador da dura realidade que vivemos, tanto social, quanto ecológica. Quando os criamos egoístas, individualistas, sem ética e valores, estamos alimentando essa doença social que vemos não só no Brasil, mas no mundo todo. (TIBA, 2007, p.221).

Já visto anteriormente, a família exerce um papel muito importante e fundamental na vida de seus filhos/estudantes. Mas, complementando essa afirmativa, há várias dificuldades de aprendizagem que requer da família muito empenho e compromisso, pois a escola, independente das situações, não dá conta sozinha.

No Brasil, diversos estudos evidenciam que o insucesso escolar está mais presente na vida de



juvens e adolescentes de escolas públicas. Vele ressaltar, portanto, que a presença de fatores de proteção pode contribuir para diminuir o impacto dos riscos, podendo, para isso ser promovida algumas estratégias de prevenção.

De acordo com Viégas (2015, p.159):

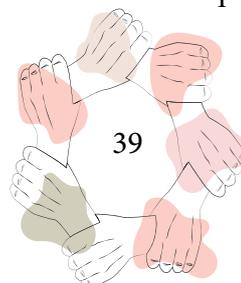
Em “Psicologia e Ideologia” (1984), Patto chama a atenção para a participação ativa da escola no “processo de cassação da palavra do oprimido”, por meio de programas educacionais que impingem aos alunos um jeito de falar, pensar e agir que bloqueia sua expressão autêntica. Segundo a autora, aos alunos pobres restam duas possibilidades: “desistir (calar em classe ou abandonar a escola, após algumas reprovações) ou esforçar-se para corresponder e assimilar os padrões impostos” (p. 138).

Nesta direção, a reprovação em língua portuguesa, que por vezes traz como consequência para o aluno o insucesso escolar pode ser causada por diversos fatores, sejam eles de ordem psicológica, social, estrutural e/ou organizacional da própria escola ou mesmo do sistema de ensino.

De acordo com a Revista Científica Eletrônica de Pedagogia (2012):

No Brasil, desde a década de 80 existe a preocupação em melhorar a qualidade do ensino de Língua Portuguesa, por conta do fracasso escolar em relação à questão de leitura e escrita. Devido à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e escrever tem aumentado o nível de repetência [...].

Sendo assim , segundo Maya & Fischer (2008), há uma crescente necessidade de se promover ações de intervenção psicopedagógica, priorizando “um trabalho visando à aprendizagem, a interdisciplinaridade, o atendimento das necessidades apresentadas pela instituição e alunos” no intuito de amenizar ou quiçá, reverter os altos índices de reprovação na disciplina de língua portuguesa, tendo em vista que a linguagem é a expressão de um povo e que por meio desta, o cidadão compreende e age no mundo e no seu entorno. Por outro lado, os parâmetros curriculares de língua portuguesa (1997) apontam as evidências de insucesso escolar na disciplina e apresenta “a necessidade da rees-



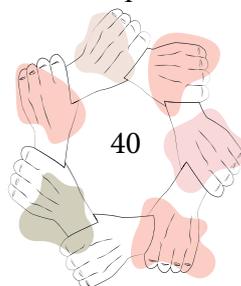
truturação do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de encontrar formas de garantir, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita”.

Em uma pesquisa publicada no Estudando do Portal Estudando Educação, com o tema “Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa” analisada por FARIA (2011), dentre os vários aspectos observados, o autor ressalta que garantir a aprendizagem se torna mais complexo no final do Ensino Fundamental e, especialmente, no Ensino Médio, já que é mais difícil desenvolver habilidades socioemocionais nos alunos quanto mais avançada a etapa em que estão. Ainda mais considerando que muitos chegam à escola sem a cultura de estudar e/ou sem terem desenvolvido habilidades como disciplina e foco.

(...) apesar de sinceramente concordar com os desafios existentes em sala de aula e com a complexidade da questão, sigo acreditando que a reprovação massiva de alunos não é a melhor saída para esses desafios. (FARIA 2011).

De acordo com o autor, a família tem grande importância no desenvolvimento das competências socioemocionais. No entanto, ele atribui à escola, a importância de buscar ser também protagonista neste processo, nutrindo altas expectativas pelos alunos, independentemente do contexto. Segundo o mesmo autor, outro aspecto relevante de abordar é que a baixa escolaridade de muitos pais e/ou o pouco tempo que eles têm para acompanhar as atividades escolares de seus filhos devido às longas jornadas de trabalho, exigem que a escola busque ser protagonista no processo. Para ele, ser protagonista não indica tentar resolver sozinha a questão, mas propor ações para engajar os pais e a comunidade.

Diante do exposto, em primeiro lugar, a escola deve compreender juntamente com a família que alunos com dificuldade de aprendizagem, reprovados ou com insucesso na escola não são incapazes de aprender. É papel da escola, portanto, quebrar certos rótulos e paradigmas de que um aluno

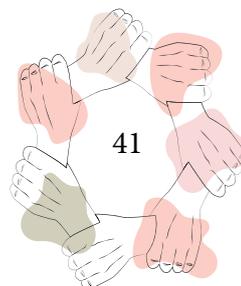


com dificuldade de aprendizagem é “deficiente” ou “fraco”. Também é essencial que os profissionais e professores tenham conhecimento sobre as diversas situações de vida desse sujeito, pois cada um tem a sua própria história, e que muitas vezes é desconsiderada ao entrar na escola. Portanto, quanto mais variadas estratégias cada um se apropriar, melhor será o resultado do que se pretende alcançar no sentido de intervir psicopedagogicamente no processo do ensino e da aprendizagem.

Dessa forma, e sem pretensão de encerrar o que por ora está sendo apresentado nesse estudo, propõem-se, tendo por base diversas leituras, vivências e análises feitas por profissionais da educação, alguns instrumentos psicopedagógicos e estratégias de intervenção que aliados à discussão e diálogo compartilhados com a comunidade escolar poder-se-á alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

São eles:

- a) Reunião com os professores e equipe gestora para refletir com todos acerca da ressignificação de seu papel e orientações para a condução dos trabalhos;
- b) Roda de conversa com os familiares, no intuito de fortalecer a relação família-escola e contribuir para a superação das dificuldades no processo educativo dos filhos;
- c) Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos alunos, através de plantão pedagógico na escola;
- d) Reunião com os professores e coordenadores, visando à elaboração de uma proposta pedagógica que atenda às especificações das dificuldades de aprendizagem identificadas;
- e) Circuito de Troca de Experiências e Vivências Pedagógicas entre os professores para: analisar e resolver problemas, elaborar e desenvolver projetos e atividades na área da linguagem com o suporte das novas tecnologias de informação e comunicação;



- f) Roda de conversa com os alunos por grupos específicos, conforme a demanda de dificuldades diagnosticadas para o alcance de resultados positivos;
- g) Realizar momentos de autoavaliação com todos os segmentos da escola; e
- h) Reunião com a equipe gestora da secretaria de saúde para firmar parcerias.

Dessa forma, ressalta-se que este é um trabalho para o psicopedagogo que tenha ciência das atividades que estão sendo desenvolvidas pelos professores e os demais membros da escola, que saiba dos procedimentos de gestão e que ajude a mesma a realizar com precisão as tarefas, sempre em constante movimento e elo entre a equipe que realiza as ações com o acompanhamento de forma multidisciplinar e a família dos envolvidos nesse contexto. Assim, e por isso, é necessário investigar todos os aspectos que possam estar contribuindo de alguma forma para a problemática do insucesso da escola, no sentido de intervir da melhor maneira possível.

Enfim, todos estarão ajudando a reverter às dificuldades de aprendizagem identificadas, principalmente, observando o aluno e auxiliando o seu processo de aprendizagem, tornando tanto o ambiente escolar harmonioso, quanto as aulas mais motivadas e dinâmicas, e nunca rotulando a criança, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades.

Segundo MAYA e FISCHER (2008):

O ser humano aprende desde o nascimento, assim está em constante processo de aprender, ou seja, essa ação dá-se ininterruptamente provocando ajustes, mais modificações por parte do sujeito, o qual tem atuação que interfere no contexto do qual participa, como também, suas relações irão influenciá-lo inteiramente.

Finalmente, esperamos que o presente estudo sirva de norte ou mesmo foco para as futuras linhas de pesquisa que se relacionem com a discussão apresentada para a superação desses agravantes.



tes nas salas de aula; que vem gerando debates e embates na política educacional e que possamos visualizar a mudança de paradigmas existentes em busca da melhoria da aprendizagem de forma prática, pois se há insucesso na escola, neste se integra todos os envolvidos e não apenas o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o ensino da leitura, da escrita e a reflexão sobre a língua na escola enfrentou sérias dificuldades no que se refere à aprendizagem. Isso se torna evidente a cada estudo desenvolvido nessa área. Com o presente estudo não foi diferente, pois ao elencar as causas da reprovação na disciplina de língua portuguesa e seus diferentes fatores para proceder às ações de intervenção psicopedagógica no contexto do insucesso escolar dos alunos, deparamos com inúmeras situações, desde as mais simples às complexas: falta de acompanhamento da família na vida escolar de seus filhos, contexto social e econômico fragilizado, ausência de formação permanente e significativa dos professores e o próprio ambiente da escola que não dá conta da demanda existente, principalmente quando se refere a alunos que tem muitas dificuldades com leitura, textos e outros no ensino da língua.

Diante do contexto apresentado foi preciso buscar a descrição das principais características e significados do conceito de reprovação, insucesso escolar e intervenção psicopedagógica para poder entender quais os reais motivos que se relacionam com o insucesso escolar da criança ou jovem. Não foi difícil observar que estes estão inseridos no próprio ambiente em que o aluno vive, ou seja, com o seu meio familiar, social e escolar. No entanto, em cada um destes há uma série de fatores e situações que poderão levar a um determinado caso de insucesso: a origem social dos alunos, ainda tem sido a causa mais apontada para justificar os maus resultados. No nível familiar, tem-se realçado,



sobretudo, as profissões dos pais e o que está em íntima relação com o seu nível sociocultural e socioeconômico. Dessa forma, vários autores consideram que é nos alunos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas a nível sócio-econômico-cultural que há maior incidência de insucesso escolar. Outro fator identificado desse insucesso se esbarra na escola, onde incide a maior taxa de reprovação, principalmente na disciplina de língua portuguesa. Neste contexto, a reprovação pode ser vista como algo antipedagógico, já que, o aluno que reprova uma vez tende, de acordo com alguns estudiosos dessa área, ao fracasso.

Assim, constatou-se, também, ao identificar as causas e consequências do insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa uma multiplicidade de consequências como: a desmotivação, o desinteresse ou mesmo o abandono da escola, uma baixa autoestima, o afastamento de colegas e amigos, a entrada para o caminho das drogas, dentre outros que ainda se pode agravar em virtude de uma deficiente orientação vocacional dos alunos, os quais não dispõem nas escolas de serviços de informação e orientação adequados.

Por fim, a própria metodologia e a forma de avaliação feita pelo professor pode fomentar o insucesso escolar. Percebeu-se tal situação quando se buscou ações de enfrentamento com vistas à intervenção psicopedagógica para o problema da reprovação e insucesso escolar na disciplina de língua portuguesa, pois muitos não consideravam o aluno na sua particularidade e com características que lhe são próprias e, portanto, refletem no seu processo de aprendizagem.

Diante dessas situações, a escola, juntamente com a família deve ter uma formação para reflexão-ação-reflexão, para de fato acontecer à mudança que se espera. Do contrário, todos fracassam, todos terão insucesso, pois, este insucesso escolar é atribuído, não só ao indivíduo aprendiz, como também a uma grande diversidade de agentes, tais como a própria escola, a família, a sociedade, den-



tre outros, dos quais direta ou indiretamente se relacionam com o contexto de educação.

Finalmente, vale ressaltar que este trabalho pretendeu discutir algumas diversidades de situações que se deparam com o insucesso escolar de alunos reprovados na disciplina de língua portuguesa. Certamente, há muitas outras. Além disso, buscou-se também, estudos sobre a importância de uma Intervenção Psicopedagógica que aponte possibilidades e perspectivas de mudança, procurando (re) pensar proposições assertivas sobre a escola, os professores, a família e especialmente os alunos dentro de um projeto de educação que não se busque culpados, mas, a esperança no caos. Para isso é preciso ouvir mais, ver mais e sentir mais. Isto é possível? Então, comece por você.

Transmitir as experiências de vida e levar consigo mais experiências. Inspirar os alunos, motivá-los a enfrentar seus desafios e criar perspectivas de mudança faz parte das possibilidades que existe dentro de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: editora Papirus, 1995.

ANTUNES, Irandé. A aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 8ª ed., 2003.

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.



BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Brasil. Ministério a Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. – Brasília: 1997.

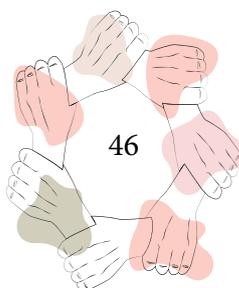
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil. Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Linguística. São Paulo: Scipione, 2009.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FARIA, Ernesto Martins. Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa. Estudando Educação: Portal de Estudos e Pesquisas em Educação. Disponível em: file:///C:/Users/Geane/Desktop/PSICOCL%C3%8DNICA/8_TCC/estudando-nc2ba-1-versc3a3o-finalv2.pdf em 02 de abr de 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



KUSIAK, Sandra Mara. Uma Análise da Prova Brasil com Enfoque nos Processos de Leitura e Escrita. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa da Região Sul, 2002.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

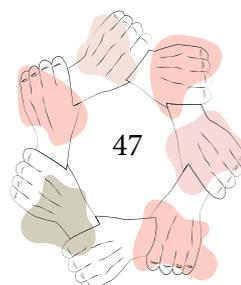
MAYA & FISCHER, Christiane Martinati, Viviane Trindade. Intervenção psicopedagógica institucional. Canoas: ed. ULBRA, 2008.

MAYA, Christiane Martinati. Desenvolvimento e aprendizagem. Canoas: Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e Pós-Graduação de Ensino a Distância, ULBRA, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora de. Curso: Psicopedagogia Disciplina: Avaliação Psicopedagógica. Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena: Pós-Graduação Lato Sensu. Disponível em: https://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20130320152830.pdf [2015?]

PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS. Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997.

PONTES, Patrícia Casasanta. Sucesso ou Fracasso Escolar: uma Questão de Relação Professor-Alu-



no. Monografia de graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde: Centro Universitário de Brasília, 2005.

Revista Científica Eletrônica de Pedagogia. São Paulo. Editora FAEF. 2012. Periódico semestral. ISSN: 1678-300X.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 6 Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

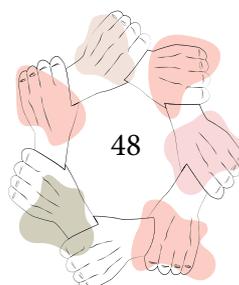
SILVA, Mauro A. ? Reprovação escolar é covardia. Coordenação Grêmio SER Sudeste. Disponível em: <http://www.geocities.com/coepdeolho/COE02502.htm> em 03 Dez 2007.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma proposta social. São Paulo: Ática, 1995.

TIBA, Içami. Quem ama educa: formando cidadãos éticos. São Paulo: Integrare Editora, 2007.

VIÉGAS, L. S. Progressão Continuada e Patologização: Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 1, Janeiro/Abril de 2015: 153-161.

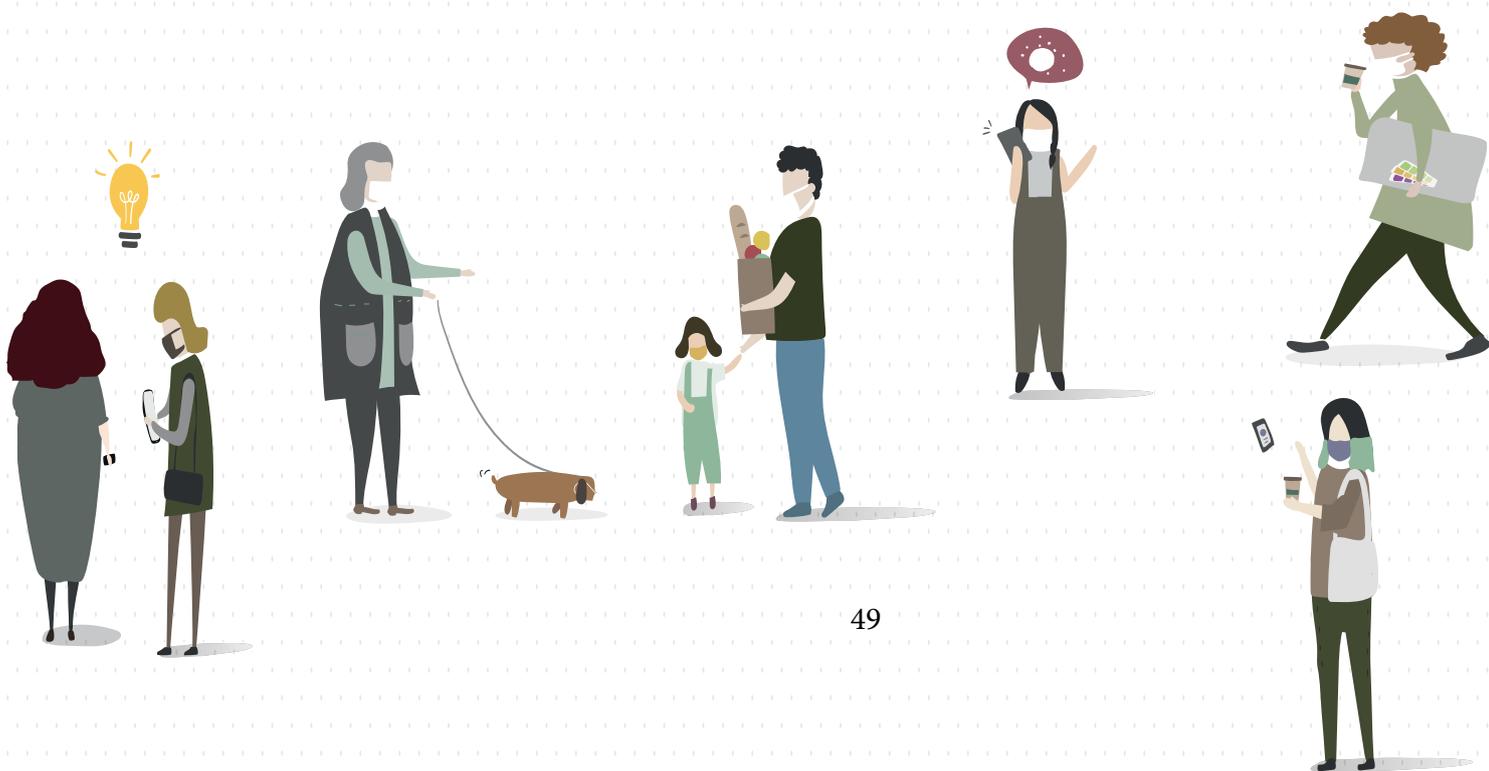
VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.





Capítulo 3 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO

AUTISTA (TEA)



AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

DIGITAL TECHNOLOGIES FOR EDUCATION OF PERSONS WITH AUTIS- TIC SPECTRUM DISORDERS (ASD)

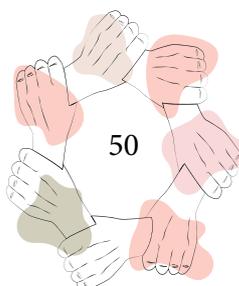
Danielle Santos Machado¹

Resumo: O processo de inclusão se faz primordial nos dias atuais. Muito ouvimos discorrer sobre isso. Dessa forma, esse trabalho se constitui de pesquisa bibliográfica a respeito do processo de uso de tecnologias digitais para a educação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nosso objetivo é compreender como as tecnologias digitais podem auxiliar no ensino da criança com TEA. Para isso, procuramos artigos científicos em bases de dados que discorressem a respeito do assunto em questão. Abordamos aspectos da criança com TEA, inclusão na escola, bem como a questão da tecnologia para inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Tecnologia. Autismo. Inclusão.

Abstract: The process of inclusion is paramount today. We hear a lot about this. Thus, the data research program for the teaching of digital technologies for the education of the person with Autism Spectrum Disorder (ASD). The TEA. For this, the scientific data are searched in databases that dis-

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação especial, Psicopedagogia clínica e institucional, Gestora do Instituto Kognitiv.



cuss the subject in question. We address aspects of the child with ASD, including at school, as well as the issue of technology for the student in the school environment.

Keywords: Technology. Autism. Inclusion.

INTRODUÇÃO

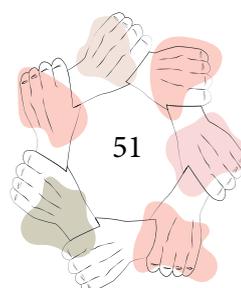
Incluir todas as pessoas, mesmo que tenham deficiência, é fundamental para a inclusão de todos. Esse passo deve ser iniciado em casa pela família, posteriormente na escola e na sociedade, as pessoas devem se adaptar a viver com as diferenças.

Diante das mudanças vividas no decorrer do processo escolar, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino.

O ambiente escolar tem passado por transformações no que diz respeito ao método de ensino, onde os professores têm se qualificado visando a qualidade de ensino e abrangência da demanda de alunos.

Quando o ambiente escolar é inclusivo e não pode excluir nenhum aluno, pois traz vantagens as crianças, além de abordar a questão de diversidade e igualdade, facilitando o processo de aprendizagem.



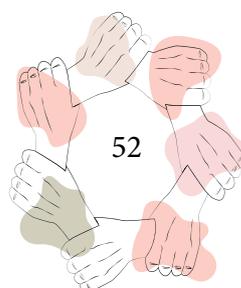
O processo de inclusão em escolas é algo bastante desafiador, tendo em vista a preparação que os profissionais precisam ter para receber esses alunos com deficiência, além da estrutura da escola que precisa estar adaptada para o recebimento de alunos com diversas deficiências. É necessário que os pais e profissionais estejam preparados para enfrentar as possíveis dificuldades existentes. Além disso, o professor precisa ter um olhar aguçado, que vai além do conhecimento teórico, para perceber e identificar as necessidades individuais dos alunos.

Na inclusão educacional, faz-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir de forma coletiva para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Entretanto, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, objetivando à melhoria do sistema educacional.

A implantação da educação inclusiva se mostra com limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares, para atender a demanda da educação básica e das classes regulares.

Vivemos uma época em que muito se fala de inclusão escolar com alunos com necessidades especiais na rede escolar, sendo assim esse artigo se trata de um tema extremamente atual, pois a cada dia a questão da diversidade tem aflorado em nosso cotidiano. A criança com TEA precisa ser alfabetizada, pois isso é fundamental para seu cotidiano social, tendo em vista as possibilidades de condições que facilitem o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

As limitações que levam a adoção de políticas de educação inclusiva são basicamente de



duas naturezas distintas, as limitações de aspecto físico como a cegueira, a surdez, paralisia ou ausência de membros locomotores e as limitações de aspecto cognitivo que são patologias ou síndromes que comprometem a capacidade de aprendizagem do indivíduo. Por meio da utilização de ferramentas e abordagens de ensino específicas é possível contornar essas limitações, incentivando uma democratização do ensino e integração social das crianças com algum tipo de deficiência (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

A adoção de interpretes de libras, impressão de materiais em Braille e construção de rampas de acesso são soluções destinadas as pessoas com limitações físicas.

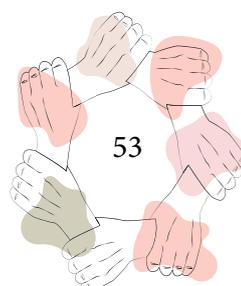
Para os autistas de limitações cognitivas é recomendada a estruturação minuciosa do plano de ensino e utilização de ferramentas de caráter mais lúdico que os meios tradicionais.

Diante do exposto, buscou-se responder a seguinte indagação: como as tecnologias digitais podem auxiliar no ensino da criança com Transtorno do Espectro Autista?

Para responder ao nosso objetivo, optamos pelo uso da pesquisa bibliográfica, por meio de artigos e trabalhos referentes ao tema.

O Transtorno do Espectro Autista será escrito pela sigla TEA. E sobre a disposição do trabalho, será organizado da seguinte forma:

O tópico 2 discorre a respeito do Transtorno do Espectro Autista, onde faremos uma breve abordagem sobre a síndrome; o subtópico 2.1 abordará a questão da inclusão escolar para os alunos que sofrem com o TEA; já o subtópico 2.2 abrange as tecnologias da educação para as crianças com TEA e verificando como isso pode ser benéfico para elas, e, por fim, o tópico 3 que é a conclusão, onde faremos um apanhado geral do trabalho.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome definida por alterações presentes desde muito cedo, ou seja, pode ser apresentada desde antes dos três anos de idade, e se tornam visíveis ao longo do crescimento (SANTOS; GRILLO, 2015).

Desta forma, a criança apresenta o desenvolvimento comprometido, bem como socialização e imaginação afetados, fazendo com que a criança mostre dificuldade na fala, expressões e ideias. É um transtorno que se manifesta na infância e tem continuidade na vida adulta.

Schwartzman (apud RODRIGUES, 2012, p. 10) sintetiza o autismo como “[...] uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces e que se caracteriza, sempre, pela presença de desvios nas relações interpessoais, linguagem, comunicação, jogos e comportamento”.

O diagnóstico do TEA se desenvolve com de forma clínica, por meios de profissionais da área da saúde (como médicos, psiquiatras e neuropsiquiatras), baseados em discursos da família, ou seja, relato dos pais e responsáveis que convivem com a criança, fazendo observações sobre seu comportamento. Além disso, os médicos se firmam em avaliações de outros especialistas da saúde, como psicólogos e psicopedagogos. Para um diagnóstico preciso também são feitos exames laboratoriais e de imagens (PEREIRA et al., 2015).

O TEA abrange diferentes síndromes marcadas por perturbações de desenvolvimento neurológicos com duas características principais que podem ser manifestadas de forma conjunta ou isolada.

Essas características, segundo Alves (2016, p. 178-179), consistem em:

- a) déficit persistente na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por histórico prévio (déficit na reciprocidade sócio emocional [...], compartilhamentos reduzidos de interesses, emoções e afetos, dificuldade para iniciar ou responder as interações sociais, déficit no comportamento comunicativo não verbal usados para comunicação social,



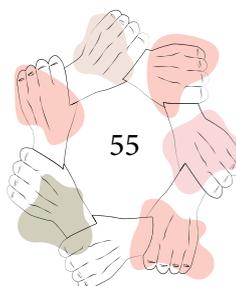
ausência de expressões faciais [...], déficit para desenvolver, manter e compreender relacionamentos);

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado atualmente ou por história prévia (movimentos motores, uso de objetos e falas estereotipadas, insistência nas mesmas coisas, adesão flexível ou rotinas padrões, interesses fixos e altamente restritivos que são anormais em intensidade ou foco) (ALVES, 2016, p. 178-179).

Bruna (2018, não paginado) afirma que o TEA também é [...] chamado de Desordens do Espectro Autista (DEA ou ASD em inglês), recebe o nome de espectro (spectrum), porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai da mais leves à mais grave. Todas, porém, em menor ou maior grau estão relacionadas, com as dificuldades de comunicação e relacionamento social (BRUNA, 2018, não paginado).

A respeito do quadro clínico, Bruna (2018) afirma que podem ser classificados em 3 níveis:

- Autismo clássico: é onde o grau de comprometimento pode variar muito. Nesse estágio, embora os autistas possam compreender enunciados simples, eles têm dificuldade de compreensão e aprendem só o sentido literal das palavras, ou seja, não entendem duplo sentido. Se tratam de crianças isoladas, que não aprendem a falar e nem olhar outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos e repetem movimentos sem muito significado.
- Autismo de alto desempenho (antigamente chamado de síndrome de Asperger): os autistas são verbais e inteligentes, nessa classificação os autistas têm a síndrome de forma reduzida.
- Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE): os autistas são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), entretanto os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico bem mais difícil.



O autismo é uma condição permanente, ou seja, não abandona o indivíduo com o passar do tempo, não tendo cura, mas pode sofrer alterações com o passar dos tempos (SANTOS; GRILLO, 2015).

O autismo pode decorrer de múltiplas causas, entre elas fatores genéticos, biológicos e ambientais. Não existe um tratamento padrão para esse transtorno de desenvolvimento, pois é importante analisar cada paciente de forma individual, além de levar em conta o acompanhamento e participação dos pais e familiares, bem como da equipe de profissionais que atendem o paciente (PEREIRA et al., 2015).

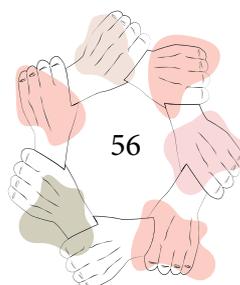
Crianças com autismo precisam de um tratamento diferenciado no ambiente escolar e é sobre essa questão que discorreremos nos tópicos posteriores.

Inclusão escolar para os alunos com TEA

Sabemos que existem políticas que lutam pela inclusão de pessoas com necessidades especiais, entre essas leis, podemos citar a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

A Constituição Federal (1988) assegura que a educação é um direito social e que devem ser proporcionados meios de acesso à educação. A Constituição diz também que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre a educação (BRASIL, 1988).

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Essa Lei certifica é



dever do Estado com educação escolar pública o

[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, não paginado).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica declaram que os alunos atendidos em classe especial devem ser assegurados por:

- a) Professores especializados em educação especial;
- b) Organização de classes por necessidades educacionais especiais apresentadas, sem agrupar alunos com diferentes tipos de deficiências;
- c) Equipamentos e materiais específicos;
- d) Adaptações de acesso ao currículo e adaptações nos elementos curriculares;
- e) Atividades da vida autônoma e social no turno inverso, quando necessário (BRASIL, 2001, p. 52).

Essa lei ainda dá características de uma sala especial, que é uma sala em escola de ensino regular, onde existe uma estrutura adaptada e um professor de educação básico especial apto para utilizar métodos e técnicas didáticas, além de recursos pedagógicos específicos, conforme a necessidade pedagógica de cada aluno (BRASIL, 2001).

Para que haja uma educação de qualidade, é necessário que a prática educacional implantada no Brasil seja repensada, para que algumas situações sejam resolvidas e atenda a todas as pessoas de maneira eficaz e igualitária.

É importante também que o professor desenvolva um currículo com flexibilidade necessária às condições do aluno, além de, quando necessário, desenvolver atividades extras (BRASIL, 2001).

Os currículos escolares devem receber uma adaptação tendo em vista à diversidade da comunidade escolar partindo para a mudança onde possa atender as necessidades particulares dos alu-



nos, considerando que a inclusão provoca mudanças no ambiente escolar apontando oportunidades iguais para todos os educandos, dando chances educacionais formais e sociais para alunos com TEA abrindo caminhos para uma escola inclusiva que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

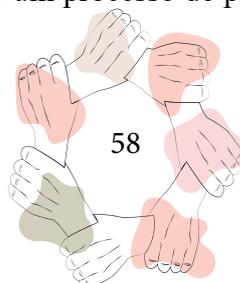
A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no artigo 26 afirma que

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1948, não paginado).

Ou seja, a educação é um direito assegurado, porém, nem sempre esse direito é associado com qualidade de ensino, tendo em vista a desigualdade social que favorece a uns e desfavorece na mesma proporção outros. Desta forma, a educação inclusiva visa romper com esses paradigmas pré-estabelecidos e abater esse índice de desigualdade, ofertando uma educação de qualidade a todos.

Para que sejam recebidos os alunos com TEA, o professor precisa estar apto para lidar com as diferenças individuais e criar metodologias diversificadas, garantindo assim o desenvolvimento de seus alunos, visando sempre à inclusão social.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor, considerando as di-



ferências e dificuldades individuais do aluno, por isso a importância da mudança de postura desses profissionais visando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Os profissionais da educação necessitam estar dispostos a mudança e revendo constantemente os seus conceitos, valores e ideologias, para que seja possível atuar como facilitador da conscientização na construção da cidadania, pois o processo de construção necessita partir da sua prática e de seus conhecimentos. Sobre a formação, Nóvoa (1995) afirma que:

Deve estimular uma perspectiva crítico - reflexiva, para haver pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1995, p. 25).

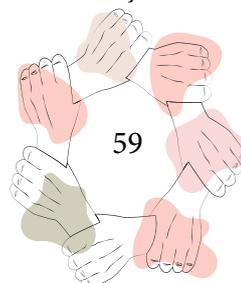
Incluir um aluno com TEA no ambiente escolar é bem mais do que inserí-lo numa escola regular, é necessário proporcionar aprendizagens significativas para as crianças, para que suas potencialidades sejam evidenciadas (PEREIRA et al., 2015)

Tecnologias da educação para os alunos com TEA

A tecnologia assistiva é uma ferramenta de acessibilidade e inclusão, com o intuito de agregar tecnologia e inclusão, em uma ferramenta capaz de ajudar alunos com necessidades especiais (TENÓRIO; VASCONCELOS, 2014).

Santos (2010, p. 54) define tecnologias assistivas como “[...] os recursos que visam a expansão de possibilidades dos portadores de necessidades especiais.”

É importante que o professor aja como mediador entre o material e o aluno, fazendo com que exista um processo de aprendizagem e não de limitação.



As funções e definições dos recursos que se referem à tecnologia assistiva (TA), segundo

Gonçalves (2010, p. 41) são:

[...] uso e implementação de qualquer instrumento, serviço, suporte, estratégia e prática que vão auxiliar na funcionalidade e melhorar os resultados esperados para a realização de uma atividade, seja ela acadêmica, atividade de vida diária, mobilidade, locomoção e comunicação. Portanto, pode ser classificado como sendo qualquer item, produto ou equipamento, adquirido e produzido comercialmente ou personalizado, com o intuito de manter, melhorar ou incrementar as habilidades funcionais de indivíduos com deficiência (GONÇALVES, 2010, p. 41).

São diversas as estratégias de intervenção no processo do desenvolvimento da criança com

TEA, e o uso da tecnologia é uma delas. A respeito disso, Walter (2011, p. 3) afirma que

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos (WALTER, 2011, p. 3).

Como uso de tecnologia assistivas, podemos citar o uso de Ipad ou Tablets. Juntamente com os conteúdos trabalhados em sala de aula, o uso desses aparelhos faz com que haja maior interação entre o aluno e a prática educativa, sendo primordial para o desenvolvimento das habilidades da escrita, leitura e comunicação (TENÓRIO; VASCONCELOS, 2014).

Dohme (2011, p. 103) afirma que o uso do Ipad é primordial para criar portas para a comunicação e mostra que

[...] a criança necessitará expressar aquilo que deseja, dentro do contexto que se encontra a história. Ela poderá ser solicitada a montar as próprias frases que expressarão alguma ideia solicitada, ou também, poderá escolher livremente que tipo de ideia ou situação que comunicar e identificar a forma de comunicação adequada para isso. Certamente, isto será um exercício crescente de criatividade e de expressividade, como também a identificação de novas formas de linguagem e de vocabulário (DOHME, 2011, p. 103).



Dessa forma, vemos que o aluno pode usar essas situações para montar e elaborar frases e criar sua própria comunicação. Além do uso da tecnologia para escrita, as tecnologias podem ser adotadas também para jogos, tanto musicais, quanto de soletração, história, pintura e encaixe.

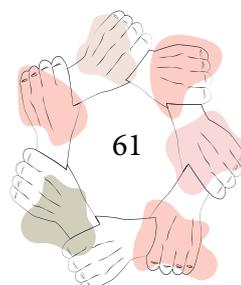
Os jogos têm um objetivo e fator principal que “[...] é a facilitação do poder de concentração. Trabalhar com algo que se gosta, que desafia e que ‘tende’ a um bom resultado exige atenção. Esta virá como consequência do envolvimento” (DOHME, 2011, p. 110).

A tecnologia tem o poder de despertar na criança a motivação, além de ser uma atividade atrativa e desafiadora, pois faz com que ela veja possibilidades e use habilidades. Além desses jogos, podem ser usados também jogos de concentração, como raciocínio lógico e leitura.

Alguns aplicativos podem ser usados para o estímulo e orientação das crianças com TEA, esses jogos são importantes pois auxiliam na concentração, foco e raciocínio das crianças. Dentre os jogos podemos citar alguns:

- ABC do autismo: auxilia no processo de alfabetização de crianças com o transtorno de desenvolvimento. O jogo possui 4 níveis para ganhar a atenção dos autistas: nos dois primeiros níveis a criança começa aprendendo habilidades como discriminação e transposição. Do terceiro ao quarto nível, o jogo fica mais complexo, onde entram questões sobre letramento, que engloba a repartição de sílabas, conhecimento de vogais e formação de palavras.

- Puzzle 4 Kids: O jogo estimula as crianças a desenvolver enigmas e aprender as palavras que designam as coisas, aperfeiçoando assim a leitura. Auxilia as crianças a desenvolver habilidades motoras. Os aplausos e a torcida no jogo ajudam a criança a se sentir motivada para a continuação da construção do vocabulário, memória e habilidades de correspondência e cognição enquanto



brinca.

- ComFIM: tem como objetivo a promoção de habilidades de comunicação em pessoas autistas. Estimula a interação do autista com o personagem virtual, para depois incentivar a interação com outro jogador

CONCLUSÃO

A Educação é um direito de todos os cidadãos e precisa ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

A educação inclusiva consiste em educar todas as crianças num mesmo contexto escolar, isso pode ampliar a visão de mundo da criança, bem como desenvolver oportunidades de convivências a todas as crianças.

Os desafios da aprendizagem são grandes e a escola regular ainda precisa encontrar meios que incluam verdadeiramente esses alunos no ambiente escolar, pois o que se observa é que a escola tem “que aceitar” esses alunos mesmo sem ter as condições necessárias e professores especializados, somente para cumprir as leis de inclusão. No entanto, é necessário investir em uma educação inclusiva que realmente faça o aluno fazer parte do contexto escolar, pois somente assim será possível cumprir o direito de educação de qualidade para todos.

Um ponto importante a ser salientado é a formação dos professores para que sejam capacitados as novas práticas da educação, de modo a atender as necessidades do ensino inclusivo. A educação continuada tem papel primordial na prática profissional.



A adaptação do currículo escolar não deve ser uma forma de deixar a criança acomodada, pelo contrário, deve impor desafios para a aprendizagem, fazendo com que haja o interesse e força de vontade de vencer os obstáculos vividos.

Acreditamos que o uso de tecnologias possibilita a eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento de crianças com autismo inseridas no ambiente escolar, de forma que facilita o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o que pode gerar benefícios e resultados significativos tanto para o aluno, quanto para o professor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Helena Lopes. Diagnóstico do autismo. In: MATOS, Daniel Carvalho (Org.). Análise do comportamento aplicada ao desenvolvimento atípico com ênfase em autismo. São Luís, Editora AISCA, 2016.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes e nacionais para a educação especial na educação bá-



sica. São Paulo: Secretaria de Educação Especial; MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>.

Acesso em: 05 dez. 2017.

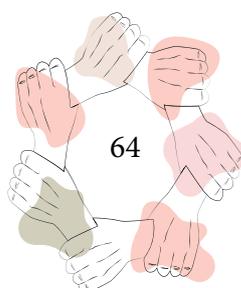
BRUNA, Maria Helena Varella. TEA: Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DOHME, Vania. Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Declaração Universal Dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

NÓVOA, Antonio. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, Antonio (org.) Os Professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PORTAL EDUCAÇÃO. A importância da educação inclusiva na educação infantil. 2018. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-importancia-da-educacao-inclusiva-na-educacao-infantil/55604>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

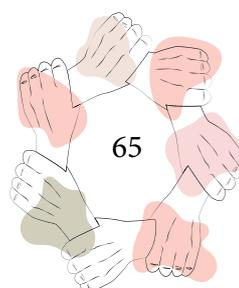


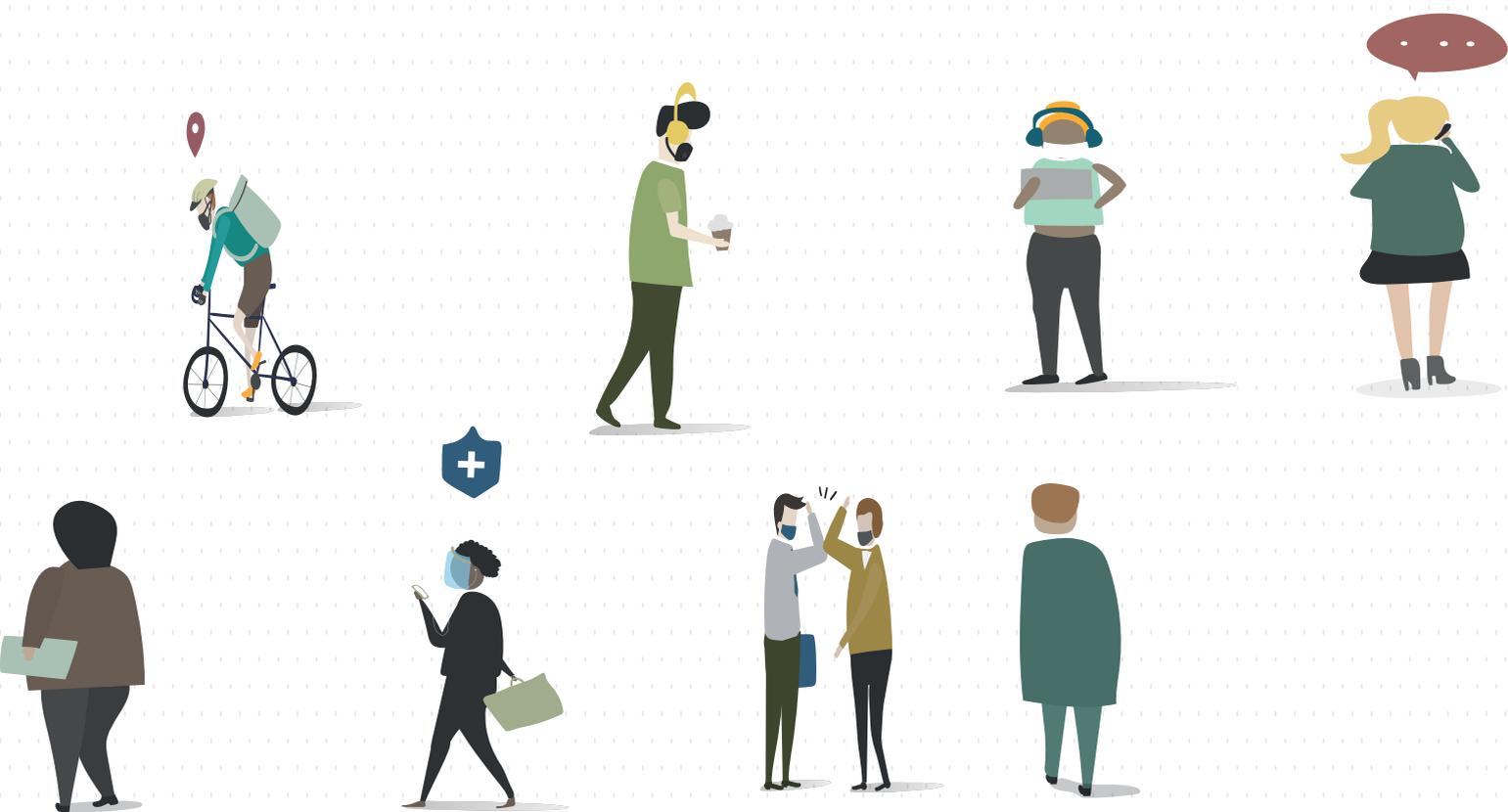
RODRIGUES, M.de O. Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Presidente Prudente: Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente/SP, 2012.

SANTOS, Fabiana Haro dos; GRILLO, Mariana Aparecida. Transtorno do Espectro Autista – TEA. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 12, n. 3, p.30-38, jul/set 2015. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/1417/1544>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SANTOS, Sostenes Vieira. Educação Inclusiva: considerações acerca do uso das tecnologias contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 109, jun. 2010, p.51-57. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8902/5693>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

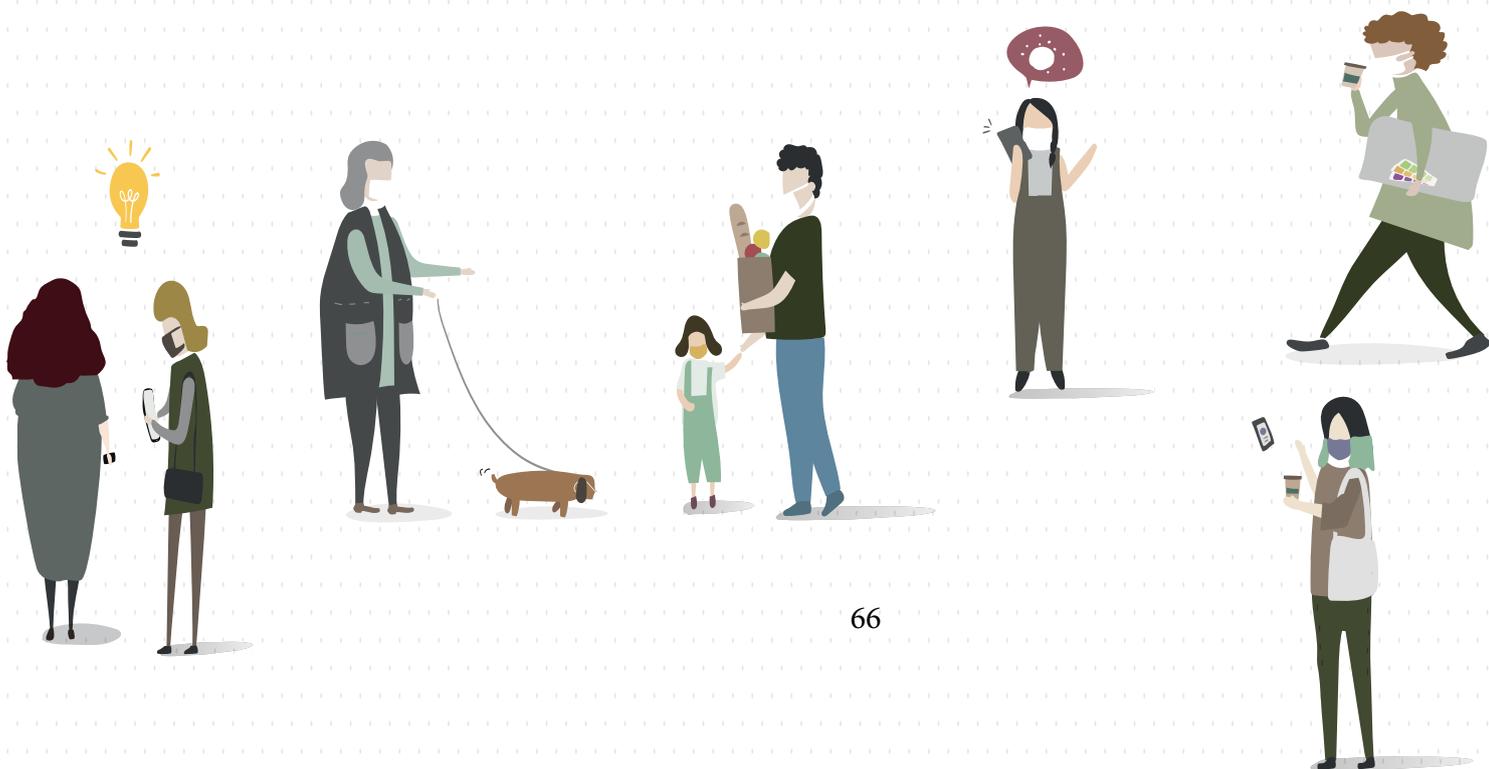
TENÓRIO, Mylena Carla Almeida; VASCONCELOS, Norma Abreu e Lima. Autismo: a tecnologia como ferramenta assistiva ao processo de ensino e aprendizagem de uma criança dentro do espectro. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_07_10_2014_16_44_33_idinscrito_387_654ecb08429600021f5e35b9dc5266d9.pdf>





Capítulo 4

A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO



A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO

THE IMPORTANCE OF EDUCATION IN THE PENITENTIARY SYSTEM AND ITS RESIGNIFICATION IN RESOCIALIZATION

Laércio Vieira da Silva

Keila Marreiros dos Santos

João Francisco Peres Aguiar

Anarleth Feitosa Aguiar¹

Resumo: Este artigo vem discutir sobre alguns aspectos sobre a importância da educação e sua ressignificação na socialização no sistema Penitenciário. Percebe-se, que não há nenhuma preocupação pela maior parte dos cidadãos com a ressocialização dos presos, motivo pelo qual esta pesquisa busca demonstrar a possibilidade de mudança de comportamento daquele ser humano que se encontra vulnerável quando fica privado de sua liberdade e no momento de retorno à sociedade, construindo alguns projetos de políticas públicas, em específico na área da educação, os quais buscam formas de reduzir a taxa de reincidência e conseqüentemente à prevenção da criminalidade dentro e fora do cárcere. Sendo assim, procuramos entender como ocorre essa reinserção diante dos presídios para com os processos de educação abordando os aspectos de integração do interno, na qual acredita que existam uma política de ressocialização para os detentos, incluindo os mesmo diante dos acontecimentos que estão ocorrendo e traçando métodos de escuta e debate, onde todos merecem ter o livre arbítrio

¹ Pós-graduanda em Educação em Unidades Especiais- Sistema prisional e socioeducativo na Faculdade Seven



de expressar suas opiniões.

Palavras-Chave: Educação, Sistema Prisional, Reinserção Social.

Abstract: This article discusses some aspects about the importance of education and its resignification in socialization in the Penitentiary system. It is noticed that there is no concern for most citizens with the re-socialization of prisoners, which is why this research seeks to demonstrate the possibility of changing the behavior of that human being who is vulnerable when he is deprived of his freedom and at the time of return to society, building some public policy projects, specifically in the area of education, which seek ways to reduce the recurrence rate and, consequently, to prevent crime inside and outside the prison. Therefore, we seek to understand how this reinsertion takes place in the face of prisons in relation to the education processes, addressing the aspects of integration of the inmates, in which he believes that there is a policy of re-socialization for the detainees, including them in the face of the events that are occurring and outlining listening and debate methods, where everyone deserves the free will to express their opinions.

Keywords: Education, Prison System, Social Reinsertion.

Introdução

Esta pesquisa tem como principal escopo discutir sobre a importância da educação e sua ressignificação no Sistema Penitenciário, realizando uma interlocução e diretrizes na socialização no



Sistema Prisional uma gama de direitos e deveres, visando à possibilidade e a manutenção de indispensáveis relações sociais com o mundo externo, colaborando para transformá-los em pessoas capazes para estes estudos, analisar a política recente da educação sistema penitenciário (CRAIDY, 2010).

É notório que a LEP é uma Lei avançada que se realmente fosse cumprida traria grandes resultados para o enfrentamento da violência e criminalidade, hoje vista que, essa Lei é um instrumento de preparação para o retorno do recheio ao convívio social. Mas, também é importante a participação da sociedade na garantia de que o objetivo da lei está sendo cumprido.

Em análise a algumas questões abordados na LEP, será possível observar que o cumprimento da Lei não é apenas benefício para o condenado, mas para a sociedade que poderá recebê-los pós-cárce- res ressocializados.

A Assistência Educacional é uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem ver, mas também para aquele indivíduo que se encontra privado de sua liberdade, construindo-se, neste aspecto, como elemento do tratamento penitenciário como meio para a reintegração do indivíduo ao meio social. A educação é garantida para todas as pessoas e está direcionado para o pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdade fundamentais.

A presente pesquisa tem como objetivo defender a educação das pessoas presas integrando-as ao sistema educacional, de modo que após sua soltura eles possam continuar sua educação sem dificuldades, assim permitindo a reinserção na ressocialização social, e havendo a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

A educação que contempla nos centros penitenciários é de suma importância, tanto para quem estava privativo de sua liberdade, quanto para a sociedade, pois inserindo conhecimento, será



mais eficaz no processo de ressocialização.

Metodologia do estudo

A pesquisa foi realizada um estudo bibliográfico de pesquisa de análise documental através de leitura aprofundada das fontes e a partir de documentos com fontes ricas e estáveis de dados, de natureza qualitativa e abordagem descritiva e explicativa, caracterizada como aquela que procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Segundo (MINAYO, 2007), pesquisa bibliográfica é quando uma pesquisa é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. Diante desses materiais cabe ao pesquisador buscar sites seguros, tendo em vista que existem muitos deles que não são de segurança.

Procedimentos de coleta de dados

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a técnica de observação através de análise dos documentos selecionados como monografias, teses, artigos científicos e livros e busca do Google Acadêmico, revistas e periódicos. Com o objetivo de conhecer mais de perto a realidade socioeducativa das prisões e dos presos, trazendo uma discussão detalhada desse aspecto. A observação é o instrumento que mais fornece detalhes ao pesquisador, por basear-se na descrição e para tanto utilizar-se



de todos os cinco sentidos humanos. Para Richardson (2012, p.26) “devemos aprender a observar da maneira mais aberta possível para que possamos questionar-nos sobre o que, porque e como são os fenômenos”. A compreensão dos questionamentos pensados dos fenômenos não mensuráveis da investigação e observados com a percepção que não é uma tarefa fácil exige bastante atenção e compromisso ético dos pesquisadores. Todo o material bibliográfico foi separado e classificado em ordem de ano de publicação para a fase de leitura e compreensão da pesquisa, logo após, feito fichamentos dos materiais e anotações dos mais relevantes para fornecer conteúdos para a pesquisa de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020).

Resultados e discussão

Assistências garantidas às pessoas privadas de liberdade

A Lei de Execução Penal (LEP) em seus artigos 10 e 11 enumeram seis categorias de assistência que devem ser garantidos aos indivíduos submetidos à pena privativa de liberdade:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso

Art. 11. A assistência será:

- I - Material;
- II - À saúde;
- III - Jurídica;
- IV - Educacional;
- V - Social;
- VI - Religiosa.

A assistência educacional será o nosso objeto do estudo realizado. Estas assistências consis-



tem em obediência aos princípios e regras internacionais sobre os direitos das pessoas presas, especificamente aos que defluem das normas mínimas da ONU (MIRABETE, 2007, p. 66).

A atividade educacional não pode ser considerada como uma simples regalia concedida pela administração penitenciária, de forma extra e opcional. Ela deve ser considerada como um elemento principal em todo conceito, capaz de oferecer aos presos oportunidades para um melhor aproveitamento do tempo em que permanece na prisão. A educação tem que oferecer necessidades básicas, a fim de que todas as pessoas que se encontra na prisão, independentemente do tempo, possam aprender habilidades tais como ler, escrever, fazer cálculos básicos que contribuirão para sobreviver no mundo exterior (COYLE, 2002).

A constituição federal de 1988 em seu artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Fica estabelecido que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e desenvolvida com a colaboração de toda sociedade, visando um pleno desenvolvimento da pessoa, preparando também para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 17 da lei de execução penal diz que a “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”, enfatizando assim, os dois diplomas supracitados que a educação é uma das prestações básicas mais importantes, seja para àquele que se encontra livre, seja para àquele que cumpre pena na prisão (MIRABETE, 2007).

Ainda segundo MIRABETE (2007) qualquer pessoa não importando sua idade nem tampouco seu status jurídico, tem o direito de receber educação, desde que careça qualitativa ou quantita-



tivamente desta, devendo o Estado garantir e prover a educação aos presos e internados se não o tiver feito favoravelmente no lar e na escola.

Desse modo é preciso afirmar que os presidiários cresçam intelectualmente como pessoa sabendo dos acontecimentos que estão ocorrendo na sociedade, o acesso às informações também é um direito que eles têm, com isso é importante falar que a educação é um mecanismo de grande relevância para todos, não importa o seu histórico de antecedentes, o que se almeja é que possam criar um método, na qual quando cumprirem a pena retorne para a sociedade com uma visão diferenciada e não venha cometer os mesmo erros de outrora. De acordo com os estudos de Coyle (2002, p.111):

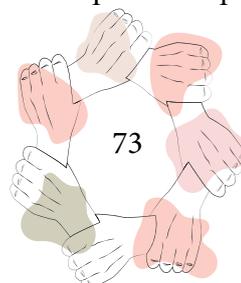
[...] incluir para as pessoas presas acesso a livros, aulas e atividades culturais, para que possam estimular o presidiário a se desenvolver como pessoa, facilitando seu retorno à sociedade quanto finda sua pena, integrando e garantindo ingressar no mercado de trabalho, para que por fim, possam contribuir no desenvolvimento social [...].

No tocante a educação nos presidio, vale ressaltar diante dessa abordagem que todos os detentos merecem um acesso de qualidade, seja no âmbito da educação, infraestruturas, lazer, e em todos os aspectos onde todos têm esses direitos assegurados pela lei. Conforme, Nucci (2008, p.1032):

Ademais, os estabelecimentos penais devem ser compatíveis com sua finalidade, levando-se em conta sua estrutura e lotação carcerária, bem como sua destinação para contar com áreas e serviços, voltadas para a assistência, educação, lazer, atividades profissionalizantes que interagem o preso.

Ainda segundo MIRABETE (2007, p. 24/25) existem três teorias para determinar a finalidade da pena, diferenciando-se cada uma delas pelo seu aspecto histórico e o fim propriamente dito:

A teoria absoluta, retribucionista ou de retribuição diz que o fim da pena é o castigo, isto é, o castigo compensa o mal praticado e repara a moral. Para esta teoria não há preocupação para com a pessoa do delinquente, mas tão somente ao crime praticado por ele, devendo ser castigado e a sanção



aplicada para restabelecer a ordem pública;

A teoria relativa, utilitárias ou utilitaristas referia-se o fim da pena como meio de prevenção, podendo ser geral quando direcionada para a sociedade ou específico, quando direcionado com o criminoso. Tal teoria difere da teoria supracitada, pois nesta a preocupação principal é com a ressocialização e não somente o castigo quando da aplicação da pena.

Porém, atualmente, nenhuma das duas teorias citadas são utilizadas, visto que, o sistema penal brasileiro adota a teoria mista, eclética ou intermediárias, que por sua natureza consiste na prevenção junto com a educação e correção.

Na visão de Mirabete (2007) finalidade das penas privativas de liberdade, quando aplicadas, é ressocializar, recuperar, reeducar ou educar o condenado, tendo uma finalidade educativa que é de natureza jurídica (LUNA apud MIRABETE, 2007).

Apesar, de a execução da pena privativa de liberdade não ter exclusivamente a finalidade retributiva e preventiva, tem, sobretudo, a de reintegração do condenado na comunidade, prevalecendo assim, a teoria da nova defesa social, que, por sua vez, visa à prática de uma política criminal mais humana, onde se acredita que o preso estará convivendo, normalmente, em perfeita harmonia com a sociedade, no futuro (MIRABETE, 2007).

Desta forma, deve-se haver uma integração da sociedade, por meio de órgãos representativos, para que possam contribuir no acompanhamento da execução das penas, possibilitando em uma maior probabilidade de recuperação do indivíduo preso, até por que, finda sua pena, este indivíduo terá apoio garantido para a sua reinserção social, sobretudo no mercado de trabalho (NUCCI, 2008). No tocante a população prisional, foi apontada a existência de um agravante a mais, o de não ter o apoio da sociedade e, conforme dito anteriormente: quanto mais cresce a violência, mais a sociedade



ignora os direitos fundamentais da população prisional que estão garantidos na Lei de Execuções Penais. A sociedade desconhece a ineficácia dessa ação dentro do Sistema Penitenciário Brasileiro, e que este não tem condições estruturais. Por isso, é que se deve acrescentar de ações que informem e preparem a sociedade, para compreender que não é com a exclusão e o castigo que se recupera alguém, pois violência não se combate com violência.

A educação no sistema prisional precisa, e isso são outros desafios, promover a cultura da paz nas diferentes formas de convivência social, mostrar que a reclusão e a privação da sociedade contribuem para aumentar a reincidência nos presídios.

Para se alcançar educação de qualidade é necessário pensar também sobre a qualidade do ensino também dentro dos presídios, para que se chegue o mais próximo possível dos objetivos propostos.

Infelizmente, a educação do sistema carcerário sofre de uma precariedade absoluta em unidades cada vez mais superlotadas. A educação ainda é encarada como privilégio.

A educação nos sistema prisional

De acordo com a Lei de Execução Penal:

Da Assistência Educacional.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua



condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A educação é apontada como um dos meios de impulsionar a integração social e a aquisição de conhecimentos que admitam um ato social aos reclusos (privados de suas liberdades) responsabilizar-se um futuro melhor quando recuperar a liberdade. Essa posição talvez seja compartilhada pelos apenados que entendem que o encarceramento tem uma finalidade que vai além do castigo, da segregação e da dissuasão e que, portanto, aceitam voluntariamente e aprovam o aspecto reformador do encarceramento, em especial as atividades de educação profissional e as informações sobre oportunidades de emprego.

Contudo, outros apenados, ao contrário, contradizem a educação partindo de um sistema impositivo e castrador, que permeiam a soberania dos alienados. Contudo, por outro lado, é admissível ainda que muitos apenados colaborem inicialmente das atividades educativas por razões alheias à educação; por exemplo: deixar as suas celas, integrar-se com os amigos ou evitar o trabalho.

Segundo a dialética freireana, “A educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal.” Manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; melhorar a qualidade de vida na prisão.

Conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou



a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. Essa educação pode ou não se reduzir ao nível da reincidência. Já os demais objetivos formam parte de um objetivo mais amplo do que a reintegração social e o desenvolvimento do potencial humano.

Diante dessa exposição apresentada, onde o cárcere tem como objetivo principal, a reintegração social do punido, onde deverá estar estruturado de tal maneira que possibilite, a qualquer custo, uma garantia de direitos fundamentais do interno, viabilizando a sua continuidade de forma digna e preparando-o para o convívio social e para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Entendendo a educação como único processo que seja capaz de modificar a competência das pessoas em capacidades e habilidades- o mais (saúde, alimentação, integridade física, psicológica e moral) é, contudo uma circunstância para a efetivação da ação educativa – e educar como o ato de criar espaços para que o discente, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em caráter individuais e sociais, além de estabelecer um pensamento onde espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo.

Desse modo, todos representam nessas unidades (pessoal dirigente, técnico e operacional), são educadores (socioeducadores), independente da sua função, está direcionado para essa condição. Com isso, tanto os recursos como os esforços devem agregar-se, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. Isto é, todas as unidades devem possuir um Projeto Político-Institucional que oriente as ações, definindo os recursos que proporcionem uma atuação consciente e consistente com o plano individual de trabalho do interno.

Com isso, todos que representam nessas unidades (pessoal dirigente, técnico e operacional) são socioeducadores e merecem, independente da sua função, estar direcionado nessa condição. To-

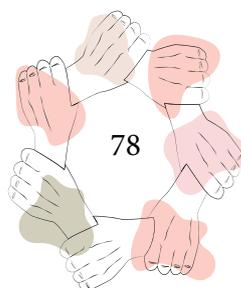


dos os recursos e esforços devem dirigir-se com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. Ou seja, todas as unidades carecem possuir um Projeto Político-Institucional que determinem as ações e defina os recursos, viabilizando uma atuação consciente e consistente com o plano individual de trabalho do interno.

As condutas educativas devem desempenhar uma influência edificante na vida do interno, formando condições para que molde sua identidade, trazendo, principalmente a compreensão e a aceitação como indivíduo social; e construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para a sua vida em sociedade. Assim, como devem continuar a educação escolar e a educação profissional dentro do espaço carcerário como política de execução penal, hoje, também protegemos que deve existir uma proposta político-pedagógica orientada na socioeducação cujo objetivo seja preparar o apenado para o convívio social.

Recente publicação pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos apud Costa (2006), voltada à área socioeducativa denominada Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa define a socioeducação como educação para socialização; o percurso do desenvolvimento pessoal e social; ou seja qualificar o indivíduo para avaliar soluções e julgar decisões corretas baseada em valores: aprender a ser e a conviver. Entende que a educação deve garantir as seguintes competências: pessoal (relaciona-se com a capacidade de conhecer a si mesmo, compreender-se, aceitar-se, aprender a ser), social (capacidade de relacionar-se de forma harmoniosa e produtiva com outras pessoas, aprender a conviver), produtiva (aquisição de habilidades necessárias para se produzirem bens e serviços, aprender a fazer) e cognitiva (conquistar os conhecimentos necessários ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal, social e profissional, assegurar a empregabilidade e/ou a trabalhabilidade).

A socioeducação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de soli-



dariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN:

“a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoal do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (COSTA, 2006, p.23).

A escola, seja para crianças, jovens e adultos, inclusive em ambientes de privação de liberdade, deve ser concebida como um espaço de encontro e socialização ao mundo livre em que o saber é apenas um dos elementos para a sua constituição. Precisamos romper com a concepção tradicional e reducionista de escola, cujo objetivo central está na aquisição de conteúdos pragmáticos e muitas vezes descontextualizados do ambiente em que vivemos, principalmente do mundo moderno.

Se a socialização é função precípua do sistema educacional, pode-se pensar que a ressocialização também o seja, no que diz respeito a uma política de execução penal?

Recorremos a Claus Offe (1990, p.10 – 11) para pensar essa questão. Refletindo a respeito das funções sociais do sistema educacional, esse autor desconstrói o que muitos teóricos funcionalistas tanto defendem. Trabalha com a hipótese de que as funções sociais do sistema educacional não podem ser analisadas isoladas e adequadamente se partirmos das intenções declaradas e as finalidades estabelecidas pelos agentes diretamente envolvidos na prática ou política educativa, porque, segundo ele, esse procedimento pode insurgir em três fontes de erros:

1. embora atualmente disponhamos de reduzido e superficial consenso sobre a determinação global das finalidades sociais da educação, diferenças importantes podem surgir no plano da interpretação operacional e utilização desses fins. Por isso, esta primeira fonte de erro decorre do fato de que observadores distintos podem estabelecer diversas e distintas finalidades para a educação segundo



sua visão particular e comprometida;

2. em virtude da não-autonomia do sistema educacional para realizar os fins globais, suas finalidades ficam comprometidas em função de crises e conflitos imprevistos por uma política mais ampla que o considera como um mero subsistema social;

3. considerando que, embora suponhamos que as duas primeiras anteriormente indicadas não se manifestem e, portanto, o sistema educacional possa cumprir suas funções sociais globais, partindo do princípio de que cada uma das funções reais do sistema educacional decorra das intenções explicitadas de cada ator a ele ligado, é diverso e fragmentado o poder real sobre o sistema, no qual, segundo o autor, até mesmo “a forma da aula – independente dos conteúdos e dos objetivos da aprendizagem que a atravessam – preenche importantíssimas funções no processo de socialização escolar”.

Sem dar respostas definitivas para o estudo da questão, Offe (1990): “em nenhum momento, descarta a importância da educação no processo de socialização do indivíduo. Suas hipóteses nos obrigam a perceber que não é tão simples determinarmos a finalidade da educação, pois um número infinito de vetores deve ser levado em consideração quando da sua abordagem”.

De acordo com Offe (1990), vem discutir que vários pensadores como Durkheim, Simmel e Gramsci, vêm reconhecer que existe uma série de forças institucionais que convergem para a manutenção do que chamamos de status quo, na qual seja por meio de relações submissão/dominação, seja por relações de troca. Nessa abordagem, a educação assemelha ter papel fundamental. Trazendo para nosso meio uma concepção contemporânea, torna-se bastante evidente que a educação formal não é



ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; muito menos ela é capaz de, por si só, guarnecer uma alternativa emancipadora radical.

“Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 2005, p.45).”

Os baixos índices de educação da população encarcerada apontam para o grau de marginalização e exclusão a que está submetida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96, Título V – Capítulo II – Da Educação de Jovens e Adultos – Artigo 37, expressa:

Na Lei nº. 7.210/1984, Seção IV – Capítulo II – Da LEP, Artigo 17, diz: A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do interno.

Já o artigo 18: O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade. A educação é direito dos presidiários e condição para a sua inclusão social.

A EJA – e a educação profissional são modalidades regulares adequadas à educação em prisões e não se confundem com cursos aligeirados ou mais simples. Pensar em ensino escolar na prisão significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados, por meio da aprendizagem participativa e da convivência fundamentada na valorização e do crescimento do outro e de si mesmo.

A falta de acesso à educação no sistema prisional

Dessa forma segundo os estudos de Foucault (1987) menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os

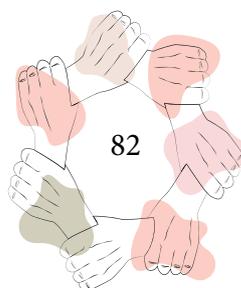


que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões.

Em 1991, O Instituto da UNESCO para a Educação (IUE), lançou um projeto para investigar e promover a educação nas prisões tendo como público alvo os adultos sentenciados e encarcerados. Uma das metas do projeto consistia em contribuir para o desenvolvimento do potencial humano que se restringia devido às desvantagens sociais. Os objetivos principais do projeto eram identificar estratégias bem-sucedidas da educação básica nos contextos prisionais, de modo a dar a elas visibilidade, condições de refinamento e replicabilidade.

O relatório da UNESCO (1993: p. 60) indica que os prisioneiros são geralmente jovens, entre 18 a 25 anos. A maioria é constituída por homens, e a presença feminina nas prisões varia entre 2% e 7% da população total prisional. A mulher é uma minoria na prisão, tanto em número quanto em visibilidade. As recomendações de estudos prisionais indicam a necessidade de não continuar ignorando as necessidades de perfil prisional das mulheres apenadas. Em muitos momentos, as dificuldades das mulheres são as mesmas dos homens (o ambiente, o sistema, a superpopulação, etc.), entretanto existem questões específicas que precisam ser observadas (a situação dos filhos, a gravidez, o emocional, as necessidades, as habilidades, etc).

Na esfera internacional, a educação prisional de qualidade e apropriada ao contexto em sido vista como uma parte obrigatória e essencial nas atividades de reabilitação prisional. Entre as pesquisas que procuram esclarecer o perfil do universo prisional destaca-se a publicação da UNESCO - Instituto para a Educação denominada “Educação Básica nas Prisões” (1995). O documento oferece fundamentação, conceitos e relatos globalizados procurando resgatar iniciativas educacionais, a eluci-



dação de contextos prisionais em diferentes culturas seguindo uma perspectiva de educação vitalícia e de direitos humanos.

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal e consagrado na legislação internacional. No entanto, quando se trata da população encarcerada, tal direito parece não ter o mesmo grau de reconhecimento. Se é fato que as camadas pobres da população são privadas de vários direitos, entre eles, o direito a uma educação de qualidade, essa realidade torna-se ainda mais contundente e pior – mais invisível ou naturalizada – em se tratando de pessoas condenadas pelo sistema de justiça penal. No Brasil, em muitas instituições penais, a oferta de serviços educacionais é inexistente, insuficiente ou extremamente precária, o que se soma a regimes disciplinares e legais que não incentivam ou mesmo inviabilizam o engajamento de pessoas presas em processos educacionais.

Nos últimos anos, observa-se em escala mundial a perda do ideal reabilitador das prisões, concomitante a um recrudescimento das políticas de segurança pública, o que resulta em ampliação da população presa e no abandono das medidas ditas ressocializadoras no interior dos sistemas penitenciários.

A educação é importante na recuperação, muitos detentos têm baixos padrões de escolaridade. Uma parcela significativa não domina as competências básicas de leitura e escrita, esse baixo nível de escolaridade afetou suas vidas e pode ter contribuído para que cometessem delitos, por isso os programas e projetos de educação nos presídios são importantes para desenvolver nos encarcerados seu senso de autovalorização.

O tratamento reeducativo é o termo técnico usado no Direito Penitenciário, na Criminologia Clínica e na Legislação Positiva da ONU. Segundo a concepção científica, o condenado é à base do tratamento reeducativo e nele observa-se: sua personalidade, através de exames médico-biológico,



psicológico, psiquiátrico; e um estudo social do caso, mediante uma visão interdisciplinar e com a aplicação dos métodos da Criminologia Clínica. É ponto de união entre o Direito Penal e a Criminologia.

O sistema penitenciário necessita de uma educação que se preocupe prioritariamente em desenvolver a capacidade crítica e criadora do educando, capaz de alertá-lo para as possibilidades de escolhas e a importância dessas escolhas para a sua vida e conseqüentemente a do seu grupo social. Isso só é possível através de uma ação conscientizadora capaz de instrumentalizar o educando para que ele firme um compromisso de mudança com sua história no mundo. Sobre isso, Gadotti (in: Educação, 1999, p. 62) diz que “Educar é libertar [...] dentro da prisão, a palavra e o diálogo continuam sendo a principal chave. A única força que move um preso é a liberdade; ela é a grande força de pensar.”

A reabilitação dos indivíduos por meio do encarceramento, fruto da aglutinação desses saberes, funda-se em três grandes princípios: o isolamento, o trabalho penitenciário e a modulação da pena (Foucault, 1986). A partir deles tornou-se possível a edificação de um saber técnico-científico sobre os indivíduos, declinando o foco de ação do crime, para aquele que o cometeu. O indivíduo é o foco central da operação penitenciária, não o seu ato.

O princípio do isolamento efetiva-se, primeiro, em relação ao indivíduo transgressor com o mundo exterior. Depois, mediante a classificação dos detentos, um em relação aos outros, dispostos a partir da função de individualização da pena. Essa função é desencadeada tendo em vista o indivíduo punido (não o infrator), objeto de transformação do aparelho carcerário.

Junto ao isolamento, o trabalho é definido como parte constituinte da ação carcerária de transformação dos indivíduos. Impõe-se, não como atividade de produção, mas pelos efeitos que faz desencadear na mecânica humana, proporcionando a ordem e a regularidade; o que sujeita os corpos



a movimentos regulares exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetrarão ainda mais profundamente no comportamento dos condenados. (Foucault, 1986, p. 203)

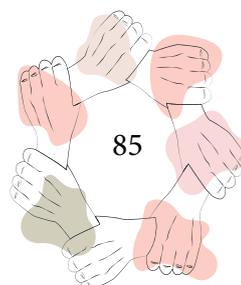
Tais princípios, desde o surgimento da pena de encarceramento, formaram os fundamentos a partir dos quais foram edificadas as máximas para uma adequada administração penitenciária, ou seja, que lhe proporcionariam a consecução das finalidades de punir e reabilitar o indivíduo transgressor. “Princípios de que, ainda hoje, se esperam efeitos tão maravilhosos, são conhecidos: constituem há 150 anos as sete máximas universais da boa condição penitenciária” (Foucault, 1986, p. 221). São elas:

1ª) Correção - a prisão deve ter como função essencial a transformação do comportamento do indivíduo; a recuperação e reclassificação social do condenado;

2ª) Classificação - o indivíduo condenado deve ser isolado, primeiro em relação à sociedade, depois repartidos entre eles, a partir de critérios que envolvam idade, sexo, disposições e técnicas que se pretendam utilizar para que se processe sua transformação, bem como suas respectivas fases para operá-las; a pena deve ser não só individual, como individualizante;

3ª) Modulação das penas - a pena deve ser proporcional, de acordo com a individualidade dos condenados e com os resultados da terapêutica penal, com vistas a se processar sua transformação, prevendo progressos e recaídas inerentes deste processo;

4ª) Trabalho como obrigação e como direito - é considerado como uma das peças funda-



mentais para transformação e socialização dos detentos, que devem aprender e praticar um ofício, provendo com recursos a si e à sua família;

5ª) Educação penitenciária - deve ser preocupação diuturna do poder público dotar o indivíduo da educação, no interesse da sociedade, provendo sua instrução geral e profissional;

6ª) Controle técnico da detenção - a gestão das prisões, seu regime, deve ser realizado por pessoal capacitado, que zele pela boa formação dos condenados;

7ª) Instituições anexas - o indivíduo deve ser acompanhado por medidas de controle e assistência, até que se processe sua readaptação definitiva na sociedade.

A educação é um direito de todos. As políticas e ações apresentadas têm que realmente sair do papel e fazer parte da rotina dos ambientes prisionais, não somente como algo isolado e pontual, mas como uma política universal de Estado. Consideramos que esse debate ainda está no seu início, mas tem que ser ampliado, para mostrar que a educação não pode ser retirada do preso junto com sua liberdade. A concepção e implementação de políticas públicas visando ao atendimento especial de segmentos da população estrutural e historicamente fragilizados, constituem um dos modos mais significativos pelos quais o Estado e a Sociedade podem renovar o compromisso para com a realização desse direito e a democratização de toda a sociedade. O espaço e o tempo do sistema penitenciário, aliás, confirmam esses pressupostos, embora não falem referências no plano interno e internacional, segundo as quais se devam colocar em marcha amplos programas de ensino, com a participação dos



detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação.

Considerações finais

Diante do exposto apresentado, observa-se que o papel da educação no cárcere deve ser de reeducar os criminosos e auxiliá-los a ter uma visão mais ampla de mundo, mobilizar de outras formas a inserção na sociedade, diante das pesquisas realizadas foi observado que os detentos que tem acesso à escola estão mais acessíveis ao mercado de trabalho. É através do ensino que os encarcerados têm a oportunidade de se humanizarem e de se transformar, tendo a oportunidade de ressignificar-se em quanto sujeito que terá a oportunidade de se reintegrar na sociedade.

A educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as raças, de todas as idades, no mundo todo; cada ser humano, criança, jovem ou adulto, deve ter condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem, independentemente do meio em que se encontram no momento, privado de sua liberdade.

Segundo as pesquisas nesse sentido, no cenário atual existem iniciativas e projetos que visam garantir esse direito aos presos.

Quando se diz que a educação é para todos não significa qualidade. Um ensino “burocrático”, conteudista que poderá oferecer uma boa base de conhecimentos, mas não levará a redução da criminalidade, talvez até ajude a tornar-se capcioso.

Sabe-se que o problema é complexo, não se pode dizer que investindo em educação no sistema prisional necessariamente vai diminuir a violência nas ruas. Mas, a educação no sistema prisional pode contribuir para as pessoas se desenvolvam e conduzam a alternativas para a sua reinserção sua



ressignificação na sociedade.

O educador deve ter sensibilidade e crer no ser humano e em sua capacidade de regeneração, compreendendo-o como um ser inacabado, que tem potencialidade e vivência a serem consideradas. Conhecer um pouco do seu cotidiano, seus sonhos, seus engajamentos culturais, sociais e políticos, nos aproximam cada vez mais deles e nosso olhar antes restrito vão se transformando em um novo olhar, mais rico e interessante, pois o papel do educador prisional é o de olhar a pessoa marcada por suas ações impensadas, com um olhar respeitoso, um olhar diferenciado.

Somente quando o preso sente a amizade sincera do educador, destas que não exige retorno, é que se inicia o processo de autoconfiança, é aqui que se dá à dialógica, revitalizando os seus próprios valores.

Os educadores deverão estar atentos às falhas dos presos e procurar interferir e orientá-los sempre que necessário, mostrando a importância das mudanças de comportamento para conquistar, lutar e ter direito a dignidade. Além das competências previstas, em nossa proposta pedagógica devemos enfatizar valores, respeito, limites, responsabilidade, reflexão, auto avaliação, capacidade de mudança, permitindo assim que o educando acredite e persista na possibilidade de mudança e persistência em seus objetivos, buscando assim a reestruturação social.

É de suma importância salientar que os educadores prisionais devem ser qualificados, com uma formação específica, especializada, para melhor atuar e conviver com os apenados, pois não podemos esquecer que são seres humanos fragilizados, marginalizados e que estão entre as grades por uma questão de exclusão da sociedade.

Uma das práticas pedagógicas mais satisfatórias nos presídios é lidar com os presos com amor, com delicadeza, agindo com naturalidade, mas com sinceridade, elogiando-os quando for oportuno,



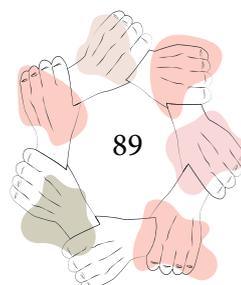
procurando dialogar sempre que sentirem a necessidade e estimulá-los com palavras otimistas de modo que possam sentir-se valorizados.

Nesse sentido acreditamos que o conhecimento é trazido pelo afetivo, o preso aprende bem o que lhe causa interesse, numa atmosfera de aula que lhe pareça segura, com um professor que sabe criar afinidades. A transmissão de conhecimento e, conseqüentemente, a aprendizagem acontece simultaneamente com a compreensão e valorização das pessoas envolvidas no processo educativo, pois deve haver um entrelaçamento entre educação e vida.

Há uma metodologia específica para que os docentes possam transmitir conhecimento a seus alunos encarcerados? Qual metodologia devemos aplicar? Em se tratando de um contexto diferenciado pode-se afirmar que não há uma metodologia específica ou um receituário, pois na prisão a cada dia surge uma nova realidade, diferenciada nas salas de aula; são presos que vão para o externo (trabalhar fora da prisão), outros estão chegando, outros doentes, enfim, mas cabe ao educador traçar sua práxis, e usar toda sua ternura, sensibilidade e criatividade para fisgar o preso e despertar seu interesse nas aulas.

Mas será que vale a pena investir em prisioneiros? Depois de tantos estudos chega-se a conclusão que sim, pois é nesse espaço que o professor pode colocar suas intenções de transformação, de mudar atitudes, capacidades e idéias. A escola é um meio de oportunizar a socialização, na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida.

Pode-se acreditar na ressocialização dos presidiários, caso contrário o trabalho dos educadores junto a eles não terá nenhuma valia. Vale a máxima, que diz que o homem é do tamanho daquilo que pensa, portanto, é preciso ser gigantesco, porque o homem é somos referenciais e deixa marcas



profundas que o acompanharão. Querendo ou não o educador se torna responsáveis por aqueles que educam. Se profissionais da educação prisional, que tem acesso direto com os presos não fizeram “a diferença”, quem fará? A lei e a justiça são lentas, e devem permanecer assim, pois os criminosos são presos para que a sociedade possa livrar-se deles.

Sabe-se que, na prática não existe a reeducação do egresso como se almeja, porque a principal preocupação do sistema penitenciário ao receber um indivíduo condenado não é a sua reeducação, mas sim a privação de sua liberdade.

Também é importante ressaltar que o preso aproveita, ou acaba aproveitando a oportunidade para se educar, já que não o fez lá fora. E que sempre vale a pena investir na recuperação do ser humano, mesmo que isso exija um trabalho árduo e persistente ao educador.

Portanto, chegamos a uma indagação que a privação da liberdade única exclusivamente não favorece a ressocialização. Mas a educação prisional favorece a reintegração do indivíduo na sociedade.

É preciso desenvolver programas educacionais no sistema penitenciário que visem alfabetizar e construir a cidadania dos presos. A conscientização deve ser uma das práxis para a transformação do mundo dos presos, pois através da ação-reflexão é que formaremos novos cidadãos. Cabe ao poder público e a sociedade em geral se preocuparem e se comprometerem com a educação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº7.210, de 11 de julho de 1984. Institui da Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>.



BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Ministério da Justiça. Avaliação do Atendimento à população egressa do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação no sistema penitenciário, e sua importância na ressocialização, Rio Grande do Sul-UFRGS, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/TCC/Material%20de%20pesquisa/A%20Educação%20no%20Sistema%20Penitenciário,%20e%20sua%20importância%20na%20ressocialização.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

COSTA, Karina. Estudo deve diminuir pena em presídios, 2006. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/thogesticl.mmp>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Constituição da República Federativa do Brasil: (1995). Promulgada em 5 de outubro de 1988. 26 Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

COYLE, Andrew. Administração Penitenciária: Uma abordagem de Direitos Humanos: Manual para



Servidores Penitenciários. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002, p. 186.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com>.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir – História da violência nas prisões – Tradução de Raquel Ramallete. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (1983). Educação e mudança. 7., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. A importância do ato de ler. (1983). 3., São Paulo: Cortez.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Pedagogia da Autonomia. 30° Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, M. Palestra de encerramento. In: Maida, M. J. D. (Org.) Presídios e educação. São Paulo: Funap, 1993.



JORNAL OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. Manchete “EJA e Educação nas Prisões: Educação ainda é encarada pelo sistema prisional como um privilégio aos presos”. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br>.

..... Nem todo criminoso precisa ir para cadeia: a prisão só serve para quem ameaça a sociedade. Revista Super Interessante, Edição Especial: Segurança. São Paulo: Editora Abril, 2002.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização um grande desafio para esquerda. (2005). In: ANTUNES, Ricardo (Org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato. Execução Penal: Comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-1984. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 874.

MINAYO MC. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 5. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 2008, p. 1087.

NOVO, Benigno Núñez. A relevância da educação prisional como instrumento de ressocialização.



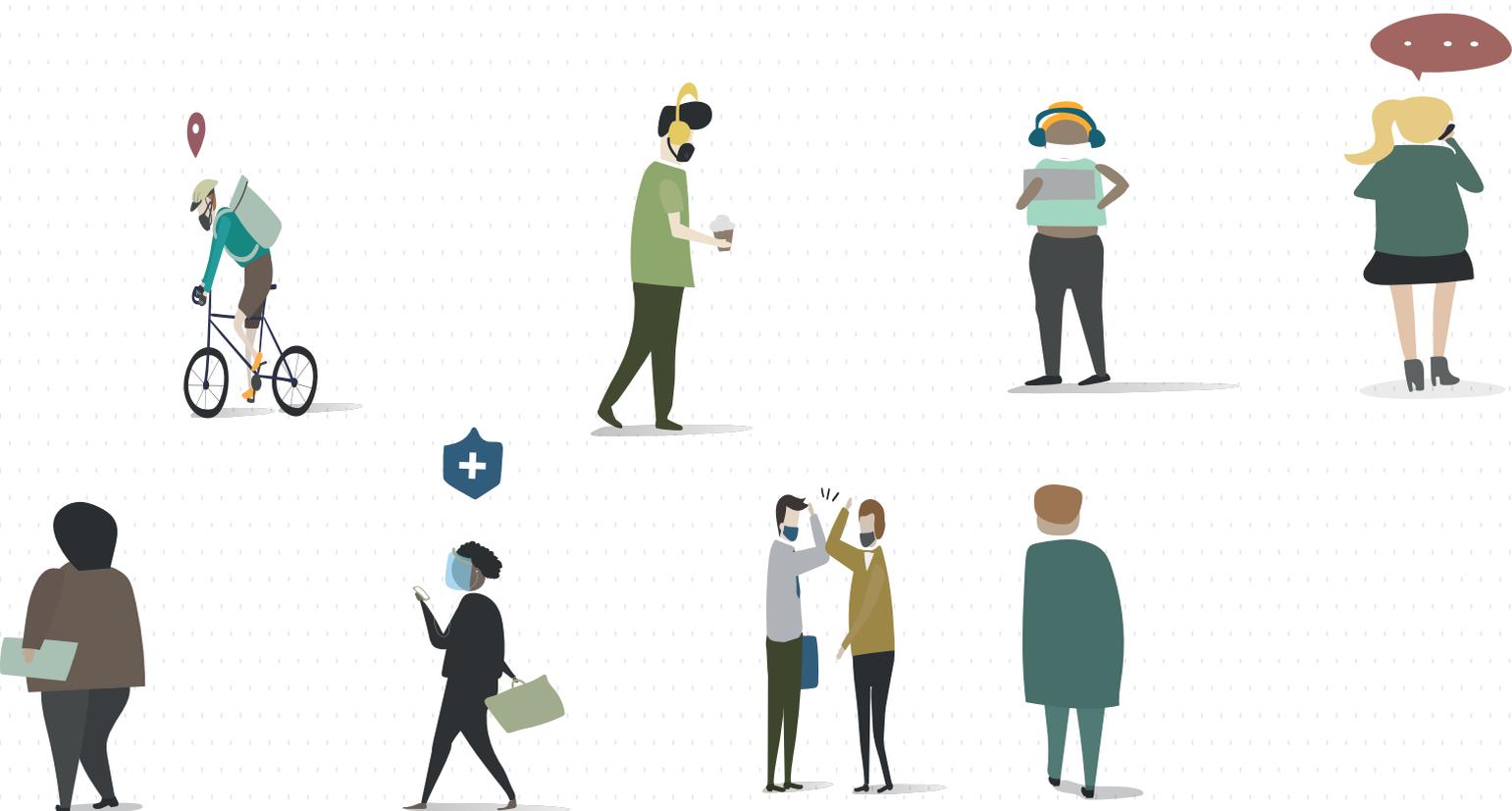
Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5847, 5 jul. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74918>. Acesso em: 12 mai. 2020.

_____ A educação prisional no Brasil. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 28, nº 1472. Disponível em: < <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-penal/3713/a-educacao-prisional-brasil>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

OFFE, Claus. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação – contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. Revista Educação & Sociedade, n 35, Abril de 1990.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012

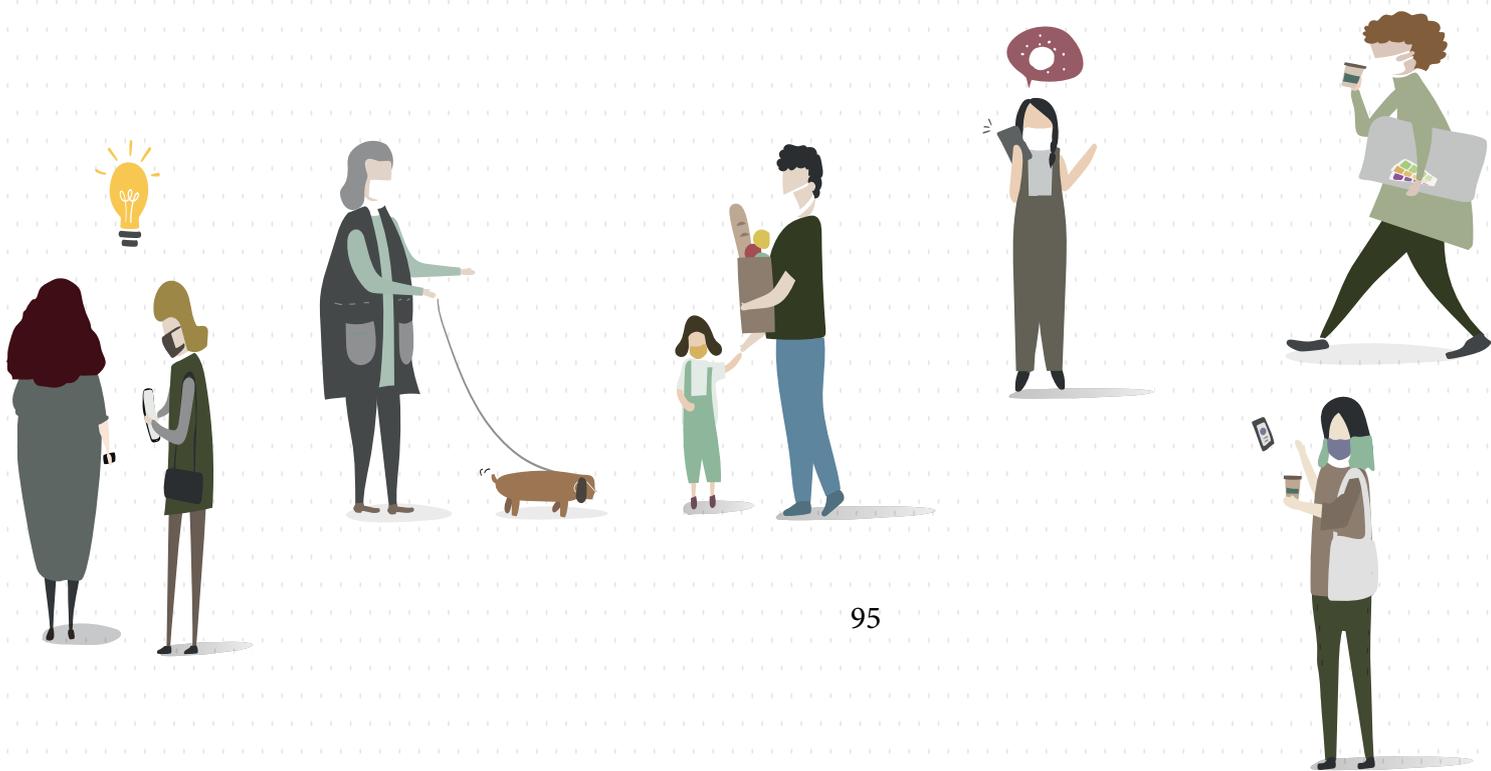




Capítulo

5

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA PRÁTICA E FORMAÇÃO



DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESAFIOS PARA PRÁTICA E FORMAÇÃO

TEACHING IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: CHALLENGES FOR PRACTICE AND TRAINING

Rene Ferreira da Silva Junior¹

Lucas Jonathan Martins Ribas²

Fellipe Silva Pereira³

Janaína Baldez Gomes⁴

Karita Santos da Mota⁵

Jaqueline D'Paula Ribeiro Vieira Torres⁶

Marlete Scremin⁷

Sylmara Corrêa Monteiro⁸

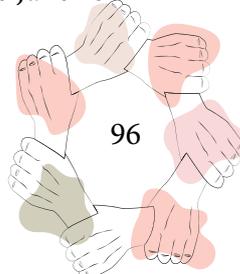
Sirlaine de Pinho⁹

Karla Talita Santos Silva¹⁰

Maria Clara Lélis Ramos Cardoso¹¹

Manuela Gomes Campos Borel¹²

-
- 1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
 - 2 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 3 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 4 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 - 5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
 - 6 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
 - 8 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
 - 9 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 10 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 11 Universidade Estadual de Montes Claros
 - 12 Universidade Federal do Rio de Janeiro



Patrícia de Sousa Fernandes Queiroz¹³

Edila Alves Moraes Nogueira¹⁴

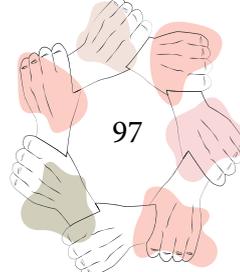
Resumo: Objetivo: compreender e discutir os desafios da prática e formação docente na educação profissional e tecnológica. Método: foi desenvolvida uma revisão de literatura por meio da análise de estudos e publicações presentes em bancos de dados secundários. Para busca e coleta de dados, foram utilizados os unitermos docente, educação profissional e tecnológica, docência na educação profissional e tecnológica e formação docente um a um e combinados. Resultados e discussão: A leitura atenta, crítica e reflexiva dos trabalhos permitiu a construção do cenário temático, onde os discursos dos atores se firmaram e revelaram o estado da arte da docência na educação profissional e tecnológica na contemporaneidade. Conclusões: compreende-se que a formação e a prática docente na educação profissional e tecnológica são complexas e multifacetadas, sendo os desafios vivenciados constantemente pelo docente. O docente que atua na educação profissional e tecnológica deve possuir, dentre outras características, a capacidade para construir estratégias; elaborar formas criativas de ensino-aprendizagem, antever as condições necessárias ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, considerando suas singularidades, as necessidades particulares e as situações contextuais em que se estrutura, produzir um trabalho mais interdisciplinar e integrado, afim de possibilitar transposições didáticas contextualizadas e associadas as atividades práticas e de pesquisa.

Palavras-chave: Docente. Educação Profissional e Tecnológica. Docência na Educação Profissional e Tecnológica. Formação docente.

Abstract: Objective: to understand and discuss the challenges of teaching practice and training in professional and technological education. Method: a literature review was developed through the

13 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

14 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais



analysis of studies and publications present in secondary databases. For the search and data collection, the terms teaching, professional and technological education, teaching in professional and technological education and teacher training one by one and combined were used. Results and discussion: The attentive, critical and reflective reading of the works allowed the construction of the thematic scenario, where the discourses of the actors were established and revealed the state of the art of teaching in professional and technological education in contemporary times. Conclusions: Therefore, it is understood that the training and teaching practice in professional and technological education are complex and multifaceted, and the challenges constantly experienced by the teacher. The teacher who works in professional and technological education must, other characteristics, have the capacity to build strategies; develop creative forms of teaching-learning, to provide for the necessary conditions for the development of professional and technological education, considering its singularities, particular needs and contextual situations in which it is structured, to produce a more interdisciplinary and integrated work, to enable contextualized didactic transpositions and associated with practical and research activities.

Keywords: Teacher. Professional and Technological Education. Teaching in Professional and Technological Education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata dos desafios da prática e formação docente na educação profissional e tecnológica. A docência na educação profissional e tecnológica possui características singulares, e muito disso se deve inicialmente, a exigência de que o docente prepare o aluno para o mundo do trabalho, esse permeado pela necessidade em produzir e alcançar metas e objetivos claros.

Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre a prática e formação dos docen-



tes atuantes na educação profissional e tecnológica?

O perfil do docente que atua na educação profissional e tecnológica deveria responder, inicialmente, a três premissas que seriam em ordem de complexidade: auxiliar o aluno no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao usar, ponto mais básico associado ao uso dos saberes e também ao uso de habilidades instrumentais, instrumentalizar o aluno no desenvolvimento de aptidões para produzir, que necessita da utilização de saberes e habilidades necessárias à formação e execução de objetivos os quais as estratégias tecnológicas formam elaboradas e devem ser adaptadas e por fim auxiliar o aluno no desenvolvimento de capacidades para inovação, caráter mais complexo associado as exigências do processo de produção de novos saberes e novas soluções tecnológicas.

Assim, o objetivo geral do presente estudo é compreender a atuação docente na educação profissional e tecnológica, sendo apontados como objetivos específicos compreender as experiências da docência junto à educação profissional e tecnológica e conhecer os processos formativos dos docentes na educação profissional e tecnológica.

É essencialmente indispensável que o docente que atua na educação profissional e tecnológica tenha um perfil reflexivo e investigativo, disposto ao fazer coletivo e à conduta crítica e cooperativa, engajado em sua atualização constante no campo de formação específica e pedagógica, que possui entendimento do mundo do trabalho e das redes de relações que associam-se as modalidades, estratos e instâncias educacionais, conhecimento de sua profissão, de seu fazer, das bases tecnológicas e princípios de trabalho, bem como do fim e das possibilidades do fazer docente que executa e precisa executar. Nesse contexto, apresenta-se a importância de compreender a atuação docente na educação profissional e tecnológica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura. A revisão de literatura é o primeiro passo de um pro-



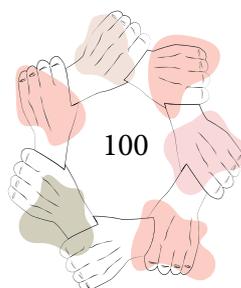
cesso investigativo, sendo assim vital. Ela se relaciona ao processo em que o autor localiza, analisa, sintetiza e interpreta investigações já produzidas, tais como periódicos científicos, livros, atas de eventos, resumos, dentre outros, que se tem relação com seu campo de estudo; assim, é uma análise bibliográfica detalhada, sobre os trabalhos já publicados acerca da temática de estudo. A revisão de literatura é essencial não apenas para definir bem o problema, mas também para o alcance de uma compreensão precisa sobre o estado atual dos saberes acerca de um tema, as suas limitações e os benefícios da investigação para a evolução do conhecimento (BENTO, 2012).

Para elaboração desse estudo os critérios de inclusão definidos foram (1) artigos disponibilizados em bancos eletrônicos, (2) livros relacionados à temática, (3) trabalhos originalmente na língua portuguesa e (4) publicações, teses e dissertações.

A busca pelos artigos realizou-se, entre os meses de abril e agosto de 2019, em quatro etapas sequenciais e inter-relacionadas. Na etapa inicial, foram definidas as bases de dados para identificar e selecionar os trabalhos, sendo essas representadas pelas bases SciELO e periódicos da área da educação.

A próxima consistiu-se na definição dos descritores inseridos na busca e nos critérios de inclusão. Os unitermos utilizados na seleção foram delimitados, a partir das palavras-chave presentes em artigos adequados ao tema, lidos previamente de forma não sistemática e por meio da leitura dos títulos dos trabalhos e se os mesmos se adequassem, era feita a leitura atenta do resumo do estudo. Ressalta-se ainda que inicialmente os unitermos foram trabalhados um a um e em seguida combinados com o objetivo de representar maior estado da arte em relação ao assunto estudado.

Na etapa subsequente, realizou-se leitura dos artigos selecionados, a fim de identificar os trabalhos que se relacionavam com o tema proposto e que se adequassem aos critérios de inclusão. Na última etapa, por meio da leitura atenta de todo o corpo dos estudos, efetivou-se a discussão pormenorizada sobre a temática.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura e reflexão acerca dos estudos possibilitaram a construção do discurso que aborda de forma compreensiva e crítica os resultados dos trabalhos analisados, à medida que as concepções dos autores foram convergindo ou até discordando se elaborou o cenário sobre a temática, dinamizando a discussão somada às reflexões dos autores do presente trabalho.

A docência durante muito tempo foi encarada de forma paternalista, vista como um dom ou vocação, tendo o docente à figura de uma pessoa que gostava e possuía facilidade de ensinar. Atualmente, compreende-se que a docência se insere em um processo mais complexo, os “novos desafios” de ser docente exigem conhecimento científico e prático. Relaciona-se a ideia de que o docente está em processo contínuo de formação, respondendo às demandas das instituições de ensino, dos alunos, criando um ambiente reflexivo, lidando com diferentes valores, articulando saberes e avanços tecnológicos e cumprindo o plano de curso, além de envolver-se com a pesquisa e o ensino. Acrescenta-se ainda que exercer a docência é um processo dinâmico e constante (METZNER, 2014).

Nos últimos anos as portas para o acesso à educação profissional e tecnológica se abriram. O que, em contrapartida, não foi acompanhado por desenvolvimento de programas de qualidade na formação docente de novos educadores. Devido a essa situação de expansão e ampliação da oferta e da procura por cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil, é de suma importância se discutir como anda a docência nas instituições, pois, identificando-se os desacertos, esses poderão ser evitados e corrigidos.

Ao longo de muitos anos, a prática e saberes a respeito da formação dos professores são discutidos. Por um longo período prevaleceu que para capacitar um docente era necessário dispor apenas de comunicação fluente e um vasto conhecimento na área que irá lecionar. Mas, para ISAIA (2006) a docência é um processo complexo que se constrói ao longo da trajetória docente e que está envolve, de forma intrinsecamente relacionada, a dimensão pessoal, a profissional e a institucional.



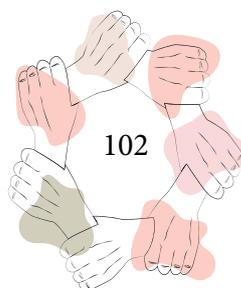
Nesse contexto, fica evidente que o professor em resposta a essas mudanças deve adaptar-se e criar habilidades, exigindo-se um novo perfil profissional que aliado ao seu conhecimento científico deve elaborar uma nova concepção paradigmática, produzindo um novo modo de conceber o processo ensino-aprendizagem, elaborando novos saberes e práticas (JUNGES; BEHRENS, 2016).

A reflexão acerca da atuação do professor e do seu processo de ensino é emergente, pois dessa forma o mesmo pode conhecer seu desempenho e ter ciência de quais pontos precisam ser aprimorados ou até mesmo melhorados; tais práticas permitirão o acompanhamento dos seus alunos e o planejamento das ações tendo como meta a melhor formação dos mesmos (SILVA, 2013).

Um professor representa alguém que sabe algo e cujo papel consiste em transmitir esse saber a outrem. O saber desse docente se elabora, assim, de muitos saberes de diversas fontes, sendo eles, os disciplinares, curriculares, profissionais (TARDIF, 2002). Neste sentido, é importante saber que quando se entra em sala de aula o docente deve agir de forma que esteja aberto a indagações, questionamentos, perguntas, curiosidades; e, assim, construir-se e reconstruir-se como um ser crítico e descobridor frente ao papel assumido (FREIRE, 1996).

É no próprio processo de ensino que o professor percebe que ensinar e aprender estão intrinsecamente relacionados, e socialmente o homem aprendeu que ensinar é um aprender ensinando, e depois foi preciso melhorar, criar novas práticas e estratégicas para se ensinar (FREIRE, 1996).

Outra questão importante quando se discute a figura do docente relaciona-se à ideia tradicional e equivocada do profissional com objetivos meramente formativos, em que se culpabiliza o docente, revelando-se o desequilíbrio entre teoria e prática. Por outro lado, deve-se entender que nesse contexto pode e deve ser desenvolvido um processo de gestão do ensino que pode ser enxergado na forma de vivenciar a experiência de ser professor de maneira real (TIBÉRIO, 2013). Assim, as ações desse docente podem ser otimizadas e compreendidas a partir de um prisma de excelência profissional. Essa gestão, que nada tem a ver com a ideia de dominação do professor, deve ser encarada como sinérgica à racionalidade. Ideia essa que traz problematização aos desafios cotidianos, as formas de



compreensão e ao enfrentamento das situações dos docentes (TIBÉRIO, 2013).

Quando se discute o processo de formação docente, faz-se necessário discutir a didática, visto que o manifesto desta foi atrelado como métodos contra a problemática da educação. A didática é um recurso no que se refere aos problemas de prática pedagógica, por isso este recurso é colocado em pauta de discussões (CANDAU, 1994).

Essas discussões partem do princípio de que a didática possui a perspectiva da transformação social, pois antes de todas as coisas, a busca de práticas pedagógicas permite o ensino de maneira eficiente, quando a palavra não amedronta, pois, testa, discute e experimenta (CANDAU, 1994).

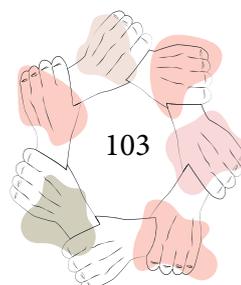
Os variados saberes que forma o prisma didático relacionam-se entre si e produzem processos interdependentes; o ensinar envolve o entendimento do todo, sendo articulados conhecimentos que indicam a complexidade na docência (CUNHA, 2004).

O modelo de aula mecanicista e fragmentada baseada apenas na transmissão de conhecimentos científicos e profissionais deve dar espaço à aula que fomente saberes e ideias para a melhor atuação profissional, capacitando o aluno para saber atuar nos mais diversos contextos.

Ao passarem a compartilhar conhecimentos e técnicas, na condição de docentes da educação profissional e tecnológica, com vários alunos (de diversas formações), em situação de ensino/aprendizagem, reflete-se em relação ao que teriam esses docentes a contribuir no processo de formação desses alunos além dos conhecimentos ditados pelo currículo. A expectativa é que novos elementos se incorporarão a esta discussão (FRIGOTTO, 2007).

Nos dias de hoje, expandiu-se a compreensão de que essa modalidade educacional abrange processos educativos e investigativos de produção e adaptação de estratégias técnicas e tecnológicas de essencial relevância para o desenvolvimento do país e atendimento das necessidades sociais e regionais, o que exige a ocupação de quadros de professores com padrões de qualificação congruentes a atual complexidade do mundo do trabalho (MACHADO, 2008).

O que se espera dos docentes da educação profissional e tecnológica, ou seja, qual perfil que

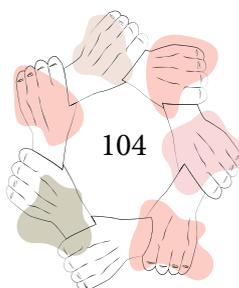


se exige deles, estão atualmente, mais elevados. Aquele padrão arcaico que em outrora, era formado pelo padrão do artesanato, quando o mestre da escola ou oficina se apresentava como modelo em que o aluno deveria emular e tomar como referência, já não é mais eficiente. Com o desenvolvimento do processo, foi superado também o padrão da escola oficina que limitava o aluno a aplicação de séries metódicas de aprendizagem. E por fim, buscar por instrutores selecionados nas empresas, com a ideia de que para ensinar basta saber fazer, apresentam muitas limitações não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também teórico com relação as atividades práticas que ensinam (SAVIANI, 2003).

Os professores que atuam na educação profissional e tecnológica se veem constantemente frente a novos desafios relacionados as transformações organizacionais que interferem nas relações profissionais, a influência das inovações tecnológicas sobre as tarefas do trabalho e cultura profissionais, ao novo papel que os sistemas simbólicos ocupam na construção do mundo do trabalho, a intensificação das exigências de qualidade na produção e nos serviços prestados, a necessidade de maior atenção a justiça social, além dos aspectos éticos e de sustentabilidade ambiental. São novas exigências a elaboração e reestruturação dos saberes e conhecimentos essenciais à análise, reflexão e transformações críticas e criativas no mundo do trabalho, que exigem, assim, da mesma forma, tais competências e habilidades dos docentes (FRIGOTTO, 2007).

Especificamente nessa modalidade de ensino, outro desafio, além da própria docência e conhecimentos pedagógicos característicos, soma-se o caráter investigativo peculiar à atuação do professor que atua na educação profissional e tecnológica. Há algumas instituições de ensino que oferecem essa modalidade de ensino que “exigem” do professor a atuação junto à pesquisa, pois a educação profissional e tecnológica está atrelada ao desenvolvimento científico e tecnológico, tais instituições criam até mesmo mecanismos de incentivo ao docente que desenvolve trabalhos nesse campo, sendo que alguns docentes chegam de forma mais intensa no processo investigativo em detrimento do ensino em sala de aula.

Um ponto importante nesse processo é que o professor deve conhecer e compreender de for-



ma aprofundada a matéria que se propõe a ministrar, sabendo relacionar o conteúdo com a realidade do curso e instituição de ensino a qual está inserido, assim como ter conhecimentos específicos sobre educação e produzir em sala de aula um saber norteado à reflexão em relação à experiência diária com os discentes, podendo ser apontado como o saber pedagógico (JUNGES; BEHRENS, 2016), desafio importante aos docentes na educação profissional e tecnológica.

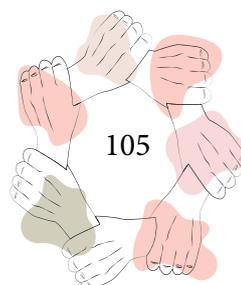
Ainda nesse contexto, o docente com o objetivo de garantia de qualidade no ensino-aprendizagem aos alunos deve também articular os saberes da disciplina por ele ministrada com as tantas outras que compõe a matriz do curso (METZNER, 2014).

Aponta-se ainda que o estágio representa importante estratégia de maior aproximação do aluno do cotidiano de trabalho (JOAQUIM; BOAS; CARRIERI, 2013), nesse contexto, mais um desafio é firmado para o docente, uma vez que ele tem que auxiliar o aluno a descobrir esse cotidiano e derrubar a barreira entre teoria e prática.

Compreende-se que o docente que atua na educação profissional e tecnológica é um profissional que tem propriedade sobre o que, o como e o motivo e que aprendeu a ensinar, para auxiliar no desenvolvimento verdadeiro e adequado de outros profissionais. Assim, assume o papel e compromisso como educador, independente de outra função que venha a desempenhar, contribuindo, dessa forma, como sujeito ativo, para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica (FRIGOTTO, 2007).

Esse docente, deve portanto, possuir capacidade para construir estratégias; elaborar formas criativas de ensino-aprendizagem, antever as condições necessárias ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, considerando suas singularidades, as necessidades particulares e as situações contextuais em que se estrutura, produzir um trabalho mais interdisciplinar e integrado, possibilitar transposições didáticas contextualizadas e associadas as atividades práticas e de pesquisa (MACHADO, 2008).

Acrescenta-se ainda que o perfil do docente que atua na educação profissional e tecnológica



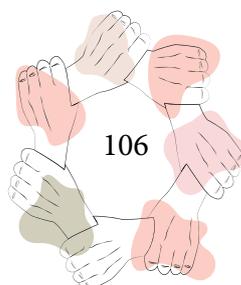
abrange, além das peculiaridades das atividades pedagógicas comuns ao processo de ensino-aprendizagem nesta área, os aspectos próprios da organização, planejamento e avaliação desta modalidade educacional em suas intrínsecas relações com as modalidades educação básica e superior (SAVIANI, 2003).

Portanto, o professor que atua na educação profissional e tecnológica deve ser apto para permitir que seus alunos compreendam, em um processo reflexivo e crítico, os mundos do trabalho, os arranjos tecnológicos dentro dos quais esses evoluem e seus objetos, as motivos e interferências das organizações sociais pelos quais e assim para os quais tais objetos e arranjos tecnológicos foram criados e existem, a evolução do mundo social e natural na perspectiva das relações humanas com a evolução tecnológica; como os produtos e processos tecnológicos são elaborados e como podem ser usados pelo homem, estratégias de trabalho dos contextos tecnológicos e das organizações de trabalho. Necessita também, desenvolver posturas pró-ativas e socialmente responsáveis a respeito da formação, distribuição e consumo de tecnologia (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Somado a isso, esse docente, deve também ter capacidade de descrever práticas vivenciadas no mundo do trabalho (como, por que e dentro de que situação uma atividade é executada), de considerar o uso que se quer fazer desta exemplificação no processo de ensino-aprendizagem (qual a forma de apropriação e grau de uso das técnicas) e de estabelecer as divergências entre ensinar práticas e ensinar os saberes acerca dessas práticas (elaboração mais ou menos detalhada, mais ou menos formalizada de tais práticas) (SAVIANI, 2003).

Portanto, é essencial que, além da experiência profissional ligada à área de formação, o docente saiba desenvolver seu trabalho considerando as diversidades regionais, culturais e políticas, educando de maneira inclusiva, contextualizando o saber tecnológico, explorando situações-problema, dialogando com diferentes áreas do conhecimento e inserindo sua prática educacional na realidade social, em todos seus possíveis níveis de abrangência (MACHADO, 2008).

A experiência docente, quando refletida, abre novos horizontes em relação aos conhecimen-



tos que outrora são apenas teorizados nas academias. Compreende-se que os saberes necessários à docência são alcançados de vários caminhos e são desenvolvidos no decorrer do exercício da profissão (JUNGES; BEHRENS, 2016).

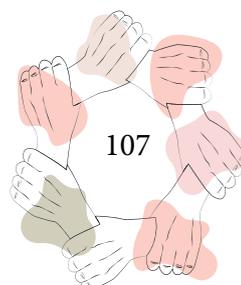
O “saber ensinar” é peculiar da profissionalidade docente, pois ainda que certo profissional tenha proficiência em determinado conteúdo pode não saber fazer com que alguém o aprenda. A profissionalidade do docente resulta na ideia de que o saber pode ser aprendido no processo de ensino, isso exige um saber pedagógico (JUNGES; BEHRENS, 2016). Ser professor é único, ele é formado pelas contribuições de um mister de sua personalidade, profissionalidade e contexto inserido (ISAIA, 2006).

A docência quando desenvolvida de forma que o docente se envolva verdadeiramente com o processo em uma prática pedagógica que permita a reflexão e o processo crítico, lançando mão de questionamentos interessantes aos alunos, possibilita ao professor e também ao discente o alcance a resultados satisfatórios e o desenvolvimento de competências para atuação no ambiente acadêmico ou fora dele (METZNER, 2014).

Por fim, compreende-se que ensinar não se resume a transferir conhecimentos, pois o docente tem como dever construir caminhos para sua realização e também sua formação. O professor que não se atém a sua formação, não se aprimora e aperfeiçoa suas habilidades, sofrerá de ausência de moral e certamente encontrará problemas para conduzir melhor sua classe. Quanto mais se reflete em relação à prática educativa, mais se reconhece a responsabilidade que deve ser assumida para exercê-la (FREIRE, 1996).

CONCLUSÃO

Compreende-se que a formação e a prática docente na educação profissional e tecnológica são complexas e multifacetadas, sendo os desafios vivenciados constantemente pelo docente. O do-



cente que atua nessa modalidade de ensino enfrenta as tensões em relação a “dominar” o conteúdo ministrado, a integrar as disciplinas de toda a matriz curricular, criar um ambiente criativo de aprendizado constante, rompendo com a ideia fragmentalista de teoria e prática e transformando o saber direcionado a prática e para o mundo do trabalho.

Pode-se apontar a gestão no processo de trabalho do docente na educação profissional e tecnológica como possível resposta às transformações ocorridas nessa modalidade de ensino. Gestão essa que racionaliza o trabalho do docente na busca por excelência profissional, firmando-se como saber pedagógico importante para a prática e formação. Por conseguinte, outros estudos devem ser desenvolvidos para “interpretar” o encantador mundo do ensino e aprendizagem na educação profissional e tecnológica.

REFERÊNCIAS

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. Revista JÁ. n. 65, p.1-4, 2012.

CANDAU, V.M.. A didática e a formação de educadores – da exaltação à negação: a busca da relevância. In CANDAU: V.M. (org.). A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1994 .

CUNHA, M.J. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: ROMANOWSKI, J.P. et. al. Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, v.1, 2004.

FREIRE, P. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da Educação básica. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.

ISAÏA, S.M.A. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. In: RISTOFF, D.; SEVGNANI, P. *Docência na educação superior*. Brasília: INEP. (Coleção Educação Superior em Debate), 2006.

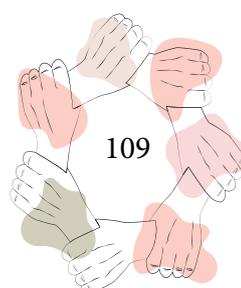
JOAQUIM, N.F.; BOAS, A.A.V.; CARRIERI, A.P. Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 351-365, 2013.

JUNGES, K.S.; BEHRENS, M.A. Uma formação pedagógica inovadora como caminho para a construção de saberes docentes no Ensino Superior. *Educar em Revista*. n. 59, p. 211-229, 2016.

MACHADO. *Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1. – Brasília: MEC, 2008.

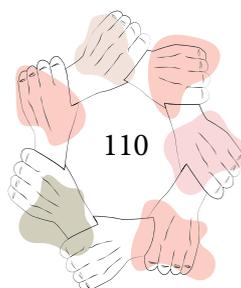
METZNER, A.C. Proposta didática para o curso de licenciatura em educação física: aprendizagem baseada em casos. *Educ. Pesqui.* v. 40, n. 3, p. 637-650, 2014.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 115-130, 2003.



TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Pretópolis: Vozes, p. 31-55, 2002.

TIBÉRIO, W. A produção de professores nas escolas: o Sistema de Proteção Escolar e suas articulações saber/poder. Educ. Pesqui., v. 39, n. 2, p. 387-401, 2013.

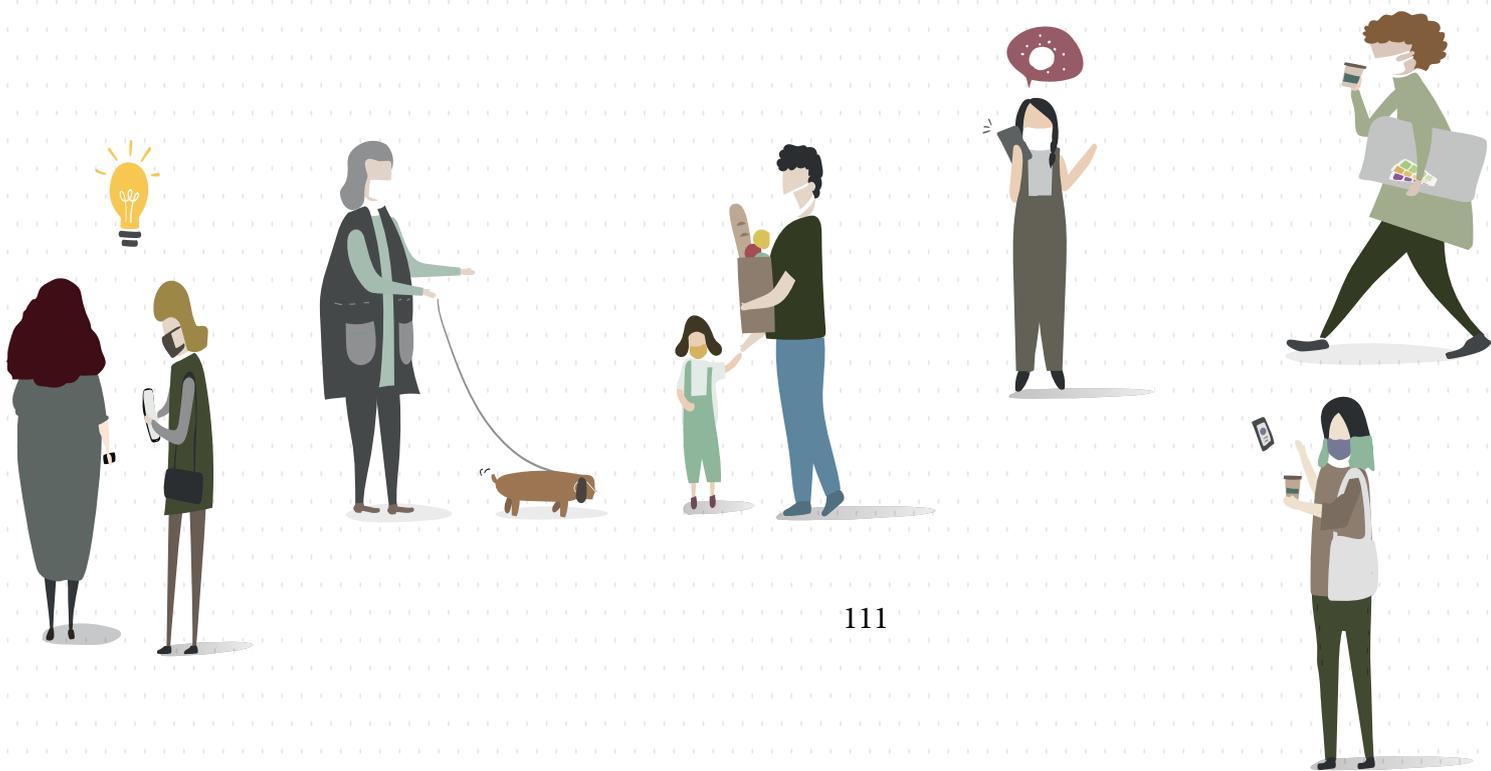




Capítulo

6

OS REFUGIADOS E O ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA LEI Nº 13.445/17 NO BRASIL



OS REFUGIADOS E O ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA LEI Nº 13.445/17 NO BRASIL

REFUGEES AND ACCESS TO JUSTICE: THE PERFORMANCE OF LAW NO. 13,445/17 IN BRAZIL

Maria Rita Sampaio Pinto¹

Alice Izadora Rocha da Silva²

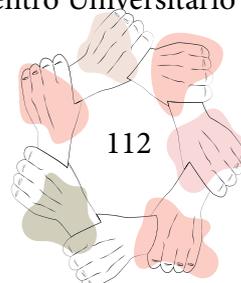
Nayaran Sherly Dias Holanda³

Resumo: O seguinte trabalho tem como proposta uma análise sobre o acesso à justiça dos refugiados no Brasil à luz da lei nº 13.445/17. Em um primeiro momento, é debatido sobre o que é o acesso à justiça e as dificuldades de sua efetividade. Por conseguinte, analisamos a aplicação desse direito e a legislação brasileira, onde esmiuçamos a lei por si só e, por fim, os obstáculos enfrentados pela pessoa refugiada. O estudo está fundamentado teoricamente em Capelletti e Garth, para quem o acesso efetivo da justiça só é possível através de uma “igualdade de armas” entre as partes que engajam no processo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com destaque para o livro Acesso à justiça de Capelletti e Garth, que introduzem e desenvolvem contextos e ideias acerca do tema. Além dele, utilizamos a Lei nº 13.445/17 para embasamentos sobre os direitos e deveres de imigrantes, a qual estabelece diretrizes e políticas públicas adequadas para a realidade dos mesmos. Os resultados alcançados denotaram que a Lei nº 13.445/17 foi um importante mecanismo de proteção do imigrante no território brasileiro, mas esbarra em inúmeros obstáculos que impedem a efetivação dos direitos nela contidos, caráter agravado pela vulnerabilidade social enfrentada por esse grupo social.

1 Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI

2 Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI

3 Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI



Palavras-chave: Acesso; Justiça; Refugiados.

Abstract: The following paper proposes an analysis of access to justice for refugees in Brazil in light of Law No. 13,445/17. First, we discuss what access to justice is and the difficulties of its effectiveness. Then, we analyze the application of this right and the Brazilian legislation, where we scrutinize the law itself and, finally, the obstacles faced by the refugee person. The study is theoretically based on Capelletti and Garth, for whom effective access to justice is only possible through an “equality of arms” between the parties that engage in the process. The methodology used was bibliographic research, with emphasis on the book Access to Justice by Capelletti and Garth, which introduces and develops contexts and ideas about the theme. In addition, we used Law 13.445/17 as a basis on the rights and duties of immigrants, which establishes guidelines and public policies appropriate to their reality. The results indicated that Law No. 13,445/17 was an important mechanism for the protection of immigrants in Brazilian territory, but it faces numerous obstacles that prevent the realization of the rights contained therein, a character aggravated by the social vulnerability faced by this social group.

Keywords: Access; Justice; Refugees.

Introdução

Nos séculos XVIII e XIX, o acesso à justiça limitava-se a garantir formalmente que o indivíduo ajuizasse uma ação. Ao longo dos séculos, porém, acompanhando a evolução do próprio Estado, tal conceito passou por severas modificações, revolucionando o que hoje entende-se por justiça. Hodiernamente, tal evolução esbarra em inúmeros obstáculos que impedem a total efetividade desse direito, tais como a falta de informação da população, os altos custos das ações e a morosidade do



judiciário.

Com isso, apesar de leis como a nº 13.445/17 serem um poderoso mecanismo de garantia de direitos, pessoas refugiadas continuam vulneráveis não apenas no que tange o acesso à justiça, mas principalmente na constante privação de condições para que estes indivíduos sejam devidamente inseridos na sociedade.

Este artigo pretende fazer um apanhado geral da evolução do conceito de acesso à justiça através dos séculos e como isso afeta grupos socialmente vulneráveis, com destaque para a pessoa que busca refúgio em território brasileiro. Além disso, busca firmar o entendimento de que, além dos obstáculos já enfrentados pela população diariamente, a condição de refúgio por si só funciona como um agravante no que diz respeito ao acesso aos direitos mais básicos garantidos constitucionalmente.

Por fim, o artigo analisa a importância e a aplicação da Lei nº 13.445/17 para a inserção do refugiado na sociedade brasileira, primeiramente através de uma importante mudança de paradigma com relação ao direito de imigração, depois com a positivação de uma gama de direitos essenciais para o recomeço de um imigrante numa nação que não a sua. Com o aporte teórico levantado, propomos uma complementação da literatura existente sobre o tema, além de conclusões críticas sobre a problemática proposta.

Conceito de acesso à justiça

Inicialmente, o acesso à justiça vem a ser, como o próprio nome remete, a qualidade de o indivíduo poder formalmente acessar seus direitos sempre que necessário, sendo esse um direito social fundamental. Segundo Cappelletti e Garth, dois juristas renomados, o acesso à justiça é “o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado”⁴. Ou seja, uma garantia que cada cidadão tem de acessar o Estado sempre que se sentir lesionado quanto a seus direitos, devendo ser ouvido, podendo ser defendido, além de receber uma

⁴ CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Traduzido por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p.9.



resposta quanto a sua pretensão em tempo hábil.

Diante disso, é válido ressaltar sobre a historicidade do acesso à justiça: “nos séculos XVIII e XIX o acesso à justiça limitava-se a garantia formal de indivíduos ajuizarem a uma ação”⁵. É indiscutível que, num primeiro momento, o conceito de acesso à justiça tinha caráter puramente formalista, garantindo apenas a possibilidade de um processo. A evolução do próprio conceito de Estado, o advento de uma Constituição dirigente, além do incentivo aos meios alternativos de solução de conflito, entre outros, transformaram o caráter formalista do acesso à justiça em uma busca pela igualdade material, através da efetiva inserção dos indivíduos na estrutura social.

Ademais, com as supracitadas transformações históricas e sociais, além da intensa difusão de conhecimento permitida através do advento da internet, a população passou a se informar de forma mais pontual a respeito dos seus direitos e as “sociedades modernas necessariamente deixaram para trás a visão individualista dos direitos”⁶. Assim, o acesso à justiça passou a incorporar o caráter de direito fundamental, ainda que enfrentando diversos obstáculos externos.

Apesar da premissa de criação de um ambiente onde o que se é justo e adequado se encontra acessível graças à validação jurídica, a realidade que se apresenta à sociedade brasileira deixa claro quão necessária é a aplicação efetiva dos direitos que supostamente representam essa problemática através de um trabalho comprometido por parte do Estado, em especial do Poder Judiciário. Como é dito pelo consultor jurídico Kazuo Watanabe:

A problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites dos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.⁷

5 CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Traduzido por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p.9.

6 CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Traduzido por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p.4.

7 WATABANE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: Participação e processo. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais; 1988. p. 416.



Ou seja, para se alcançar essa viabilização, é necessário um maior enfoque nos impasses sociais que afastam as pessoas de usufruírem corretamente do que lhes deveria ser garantido em lei. Assim, deve-se reconhecer o elitismo do sistema jurídico do país, cuja elaboração se comprova na prática como voltada a oferecer um devido atendimento apenas àqueles que já possuem os meios necessários ao enfrentamento de conflitos.

Ademais, de acordo com Cappelletti e Garth, a efetividade no acesso à justiça só é possível através de uma “igualdade de armas” entre as partes que engajam no processo. Para isso, entretanto, seria necessário alcançar-se um estado absoluto de igualdade, completamente utópico ao se observar a realidade. Essas armas, que deveriam se encontrar em equilíbrio nas lides a serem propostas, são diretamente derivadas do patrimônio jurídico, cultural, intelectual e financeiro dos indivíduos envolvidos, o que, levando-se em consideração a alta disparidade entre os estratos sociais perpetuada no desenvolvimento do Brasil como nação, apresenta divergências aterradoras.

Por conseguinte, cria-se uma massa de indivíduos incapazes de acessarem os dispositivos empregadores da Justiça, pois aqueles que mais necessitam de um sistema eficaz recebem pouca educação a respeito do funcionamento do ordenamento e das reais obrigações que este deveria estar empregando, frutos decorrentes da negligência estatal. São também impossibilitados de custear os altos preços decorrentes dos mais simples processos por conta da marginalização financeira com que lidam; se veem sem confiança e diminuídos pela elite de ares quase aristocráticos da qual é composta os aplicadores da lei, retirando o caráter popular do serviço jurídico; e enfrentam diversos obstáculos desgastantes em decorrência da burocracia desmotivadora do judiciário, responsável por agravar os demais problemas enfrentados, criando, assim, uma sentença silenciosa que guia o sujeito rumo à desistência.

Em razão dessas dificuldades, a maior parte dos cidadãos brasileiros se encontra em condição de impotência diante do sistema perpetuado pelo Estado e das armas que as posições de privilé-



gios concedem aos mais ricos, mais letrados e imponentemente respeitados membros da sociedade. Evidencia-se, assim, que mesmo para aqueles que nasceram e cresceram no território em questão, até as garantias dos direitos mais básicos são apenas aparentes e falhas, revelando um sistema jurídico que, apesar de apresentar as formalidades necessárias, não oferece chances reais de conceder um tratamento justo e efetivo às necessidades de qualquer pessoa que se encontre submetida à custódia do ordenamento jurídico brasileiro.

Tais obstáculos são comuns à esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros que se acha envolvida num litígio e precisa provocar o Estado para solucionar a questão. Nesse sentido, os obstáculos são ampliados em face da vulnerabilidade social que determinado grupo enfrenta. Assim, para além dos já citados problemas enfrentados pelo brasileiro médio, a pessoa refugiada, num geral, encontra diversas outras dificuldades decorrentes de sua condição no caminho entre a lesão a um direito e a provocação do judiciário brasileiro.

Assim, além do agravamento da morosidade, das pesadas custas judiciais, da alienação quanto aos próprios direitos, entre outros, a pessoa refugiada, num geral, encontra severas dificuldades no que tange a língua, a falta de documentação, de amparo estatal, o preconceito, a xenofobia, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e na busca pela educação, saúde, moradia e demais direitos básicos de todo ser humano.

A efetividade do acesso à justiça e o refúgio na legislação brasileira

Para a legislação brasileira, refugiado é o indivíduo que, devido a temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não pode ou não quer acolher-se à proteção de tal país ou que, devido a grave violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de origem e buscar refúgio em outro.⁸

⁸ BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Estatuto dos Refugiados. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 22 de julho de 1997.



O Brasil é considerado referência na proteção e assentamento de refugiados no cenário sul-americano⁹, ao passo em que mais de 40% dos refugiados alega ter sofrido discriminação no país¹⁰, demonstrando uma dicotomia entre a garantia de direitos materiais e a real efetividade no acesso a esses direitos.

O país recebeu mais de 80 mil solicitações de refúgio apenas no ano de 2018, a esmagadora maioria advinda de venezuelanos após a crise humanitária no país¹¹, acarretando um aumento exponencial do fluxo migratório e a necessidade de uma legislação atuante diante da problemática do acesso aos direitos por parte desse grupo.

Ante o exposto, destaca-se o advento da Lei nº 13.445/17 como uma grande conquista no que se refere à proteção dos direitos da pessoa refugiada no cenário brasileiro. A lei eleva a migração a um direito humano e iguala os direitos dos refugiados àqueles concedidos a qualquer estrangeiro legalizado no país. São garantidos, portanto, direitos básicos inerentes à pessoa humana e de proteção à dignidade da pessoa refugiada.

Entre o rol de direitos garantidos pela nova lei de migração à pessoa refugiada, está, em condição de igualdade com os nacionais, o amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Trata-se de um dispositivo fundamental para o reconhecimento e incentivo da autonomia da pessoa refugiada em território brasileiro, permitindo que esta participe de forma ativa no processo de tutela e efetividade de direitos.

O Brasil tem adotado uma postura diametralmente oposta à de países da América do Norte e Europa ao formalizar uma legislação receptiva à migração e de proteção ao refugiado, mas para além da mera positivação dos direitos, é de suma importância a criação de dispositivos e ferramentas que

9 ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil. Brasília, [s.d.]. Disponível em: Acesso em: 01 nov. 2020.

10 Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em 19 set. 2020

11 Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em 19 set. 2020



permitam o acesso desses grupos vulneráveis à real efetivação substancial dessas garantias.

Assim, é importante destacar o papel de órgãos internacionais fundamentais para a integração, proteção e promoção do acesso à justiça de pessoas refugiadas. Nesse sentido, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) proporciona assistência legal, social, financeira e educacional para a pessoa refugiada, visando garantir que seus direitos não sejam tolhidos diante da situação de extrema vulnerabilidade num país desconhecido.

Por conseguinte, a legislação vigente determina que refugiados e solicitantes de refúgio possuem o direito de receber ajuda da Defensoria Pública para orientação jurídica e defesa de seus interesses nas questões concernentes ao refúgio, garantia de direitos e integração social, sendo, assim, um importante instrumento de acesso à justiça para esse grupo social.

Os obstáculos ao acesso à justiça de refugiados à luz dos apontamentos da Lei nº 13.445/17

Apesar das intenções bem direcionadas da Lei nº 13.445/17 e de outros dispositivos do ordenamento jurídico que tratem da mesma temática ao dispor sobre os direitos e deveres de migrantes, estabelecendo as diretrizes para as estadias no Brasil e para a adequada aplicação de políticas públicas em benefício de suas qualidades de vida, faz-se extremamente necessária a observância da eficácia e efetividade do material destes textos na vida prática daqueles que por eles deveriam ser resguardados.

A realidade de refugiados e solicitantes de refúgio no país, na maioria dos casos, não se encontra alinhada com as leis que estipulam o seu bem-estar, e a supervisão do desempenho de estados, municípios e suas instituições em agirem de acordo com as mesmas não atende a expectativas satisfatórias. Como é afirmado em parte dos Anais do III Congresso de Processo Civil Internacional, no artigo de Costa, Menezes e Vincenzi:

Em verdade, não basta que os direitos contemplem tão somente os estatutos jurídicos formais, sendo imprescindível, inclusive para proporcionar reconhe-



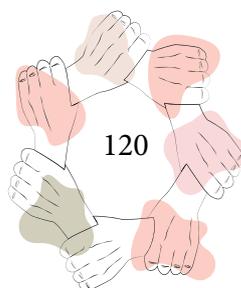
cimento a essa população, que alcancem a completa efetividade na prática social, uma vez mais quando atuam como garantia da realização dos direitos humanos e dos refugiados.

Sendo assim, é necessário que ocorra tanto o reconhecimento dos problemas e desafios que se opõem ao acesso à justiça de refugiados, como também o estabelecimento de um compromisso pelos órgãos e entidades da administração pública federal em promover as mudanças institucionais adequadas e as políticas públicas necessárias a oferecer devidamente os direitos e deveres que esse grupo vulnerável juridicamente possui.

Contudo, muitos são os obstáculos que se contrapõem à segurança econômica, política e social dos refugiados em cenário de fragilidade ao se encontrarem no território brasileiro, cujas bases estão fortemente firmadas nas divergências culturais existentes entre o país de refúgio e aqueles que nele se refugiam.

Desse modo, por exemplo, quando perante os trâmites legais necessários à estadia e manutenção da vida no Brasil, é muito comum que refugiados, em posição de total ou quase completa desinformação a respeito do ordenamento jurídico nacional e o funcionamento de seu dispositivo, não identifiquem apropriadamente quais decisões devam ser tomadas para o atendimento de suas necessidades; adicionando ao problema também a barreira linguística que se apresenta entre o Poder Judiciário e esses indivíduos, assim como para com os cidadãos brasileiros em um quadro geral. Em vários casos, também, como essas pessoas precisam abandonar seus lares natais rapidamente devido aos problemas e conflitos que lá se formam, ameaçando suas integridades e bem-estar, não é incomum que lhes faltem documentos essenciais para o seu devido estabelecimento e identificação no refúgio.

É altamente provável, ainda, de acontecerem recorrentes casos de discriminação e preconceito para com os refugiados em decorrência de suas origens étnicas, características físicas, costumes típicos ou do tipo de situação que resultou em sua imigração, além da presença de um sentimento



de desconfiança gerado por ideias equivocadas de que a assistência prestada nesses casos ameace a individualidade daqueles que já nasceram no território, o que dificulta que aqueles possam viver uma vida no país de modo pacífico e inclusivo. Mesmo profissionais que especificamente sejam designados a assistir e cuidar dos que imigram em sua adaptação, podem apresentar comportamentos ignorantes e intolerantes ao lidarem com estas pessoas, incentivando que elas desenvolvam uma visão de descrédito a respeito do sistema jurídico.

Aliado a esses percalços, há também o fato de que a grave situação, tanto econômica quanto de saúde física e mental na qual é realizada a mudança de nação, e posteriormente perpetuada com a ausência de acesso à justiça com a qual muitos sofrem – como tão óbvio ficou com os terrores trazidos pela COVID-19 –; não oferece muitas oportunidades para que um estilo de vida moderado ou promissor se constitua no futuro de refugiados. Em muitos casos assim, na melhor das oportunidades, o que conseguem é lugar e auxílio em abrigos destinados ao seu suporte, mas que indiretamente também servem como ferramentas de sua exclusão.

Conclusão

O acesso à justiça, na sociedade brasileira, representa para os indivíduos uma situação de segurança ideal e estabilidade jurídica, resguardando àqueles submetidos à legislação que seus direitos e deveres estão sendo devidamente assistidos e respeitados. Sendo assim, nada mais é que o cumprimento adequado e eficiente de tudo aquilo que se versa nos dispositivos jurisdicionais, assim como também o correto cumprimento das demandas e necessidades populares sob o formato de leis e programas sociais, cuidando de assegurar a qualidade de vida já oferecida e melhorar os aspectos que interfiram no bem-estar de diversas minorias e grupos vulneráveis num geral.

Portanto, o advento da lei 13.445/17 representou uma mudança de paradigma ao alçar a migração a um patamar de direito humano e buscar proteger a população refugiada das mais variadas



formas de injustiça e discriminação ao garantir uma gama de direitos indispensáveis para a adaptação social dessas pessoas em território brasileiro. Entre eles, portanto, o acesso à justiça figura como um dos mais importantes ao permitir que os refugiados, como população potencialmente vulnerável, tenham acesso e participação em cada uma das partes integrantes do processo e se sintam incluídos nelas, podendo reclamar seus direitos e garantindo que estes se façam realmente efetivos.

Contudo, por melhores que se manifestem juridicamente as intenções apresentadas nas leis resguardando a situação de imigrantes, árduos são os desafios que se impõem a suas eficácias em razão das barreiras culturais, ferindo significativamente a estadia de refugiados em território brasileiro. Dessa forma, se faz necessário o comprometimento, não apenas pelos cidadãos, como também pelos líderes políticos e institucionais do país, para uma devida fiscalização legislativa e implementação de programas de auxílio que corretamente celebrem as leis brasileiras de justiça e igualdade, e promovam assim os ideais tão proclamados pela nação.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioeconômico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

ANNONI, Danielle. O direito humano de acesso à justiça no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.p. 17

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 25 de maio de 2017.



CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Traduzido por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

COSTA, Manuela; MENEZES, Priscila; VINCENZI, Brunela. O direito humano de acesso à justiça para os refugiados e os obstáculos enfrentados para sua efetivação. Anais do III Congresso de Direito Civil Internacional, UFES: Vitória – Espírito Santo, 2018, p. 286-296.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil Teoria Geral do Processo. v. 01. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2010, p. 52.

WATABANE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: Participação e processo. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais; 1988. p. 416.

Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em 19 de setembro de 2020.



Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).



O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Índice Remissivo



A

Aprendizagem

página 9

página 40

página 61

página 81

página 87

D

Docente

página 62

página 98

página 102

página 103

E

Educação

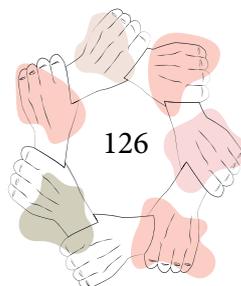
página 68

página 69

página 73

página 100

página 107



Ensino

página 28

página 53

página 57

página 75

Escola

página 20

página 38

página 43

página 56

página 89

P

Psicopedagogo

página 8

página 10

página 13

página 18

página 37



Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas. Esse novo volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.

